

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**(CAp/UFU)**

**LEONARDO DONIZETTE DE DEUS MENEZES**

**MEMORIAL ACADÊMICO**

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO CAMINHO PARA A VIDA PESSOAL E**  
**PROFISSIONAL: superando contradições**

Uberlândia – MG

2026

**LEONARDO DONIZETTE DE DEUS MENEZES**

MEMORIAL ACADÊMICO

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO CAMINHO PARA A VIDA PESSOAL E  
PROFISSIONAL: superando contradições**

Memorial descritivo apresentado ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp/UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de docente titular na Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Uberlândia – MG

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- M543e  
2026
- Menezes, Leonardo Donizette de Deus, 1974-  
A educação escolar como caminho para a vida pessoal e profissional  
[recurso eletrônico] : superando contradições / Leonardo Donizette de  
Deus Menezes. - 2026.
- Memorial Descritivo (Promoção a Professor Titular) - Universidade  
Federal de Uberlândia, Colégio de Aplicação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.me.2026.514>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.
1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de  
Uberlândia. Colégio de Aplicação. II. Título.

CDU: 378.124

---

André Carlos Francisco  
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**(CAp/UFU)**

Memorial Acadêmico

Comissão Especial de Avaliação

---

Profa. Dra. – Fabiana Fiorezi de Marco – UFU (Presidente)

---

Profa. Dra. Dilza Côco – IFES

---

Profa. Dra. Sandra Aparecida Fraga da Silva – IFES

---

Prof. Dr. Wellington Lima Cedro – UFG

---

Profa. Dra. Suely Aparecida Gomes – CAp/UFU (Suplente Interna)

---

Prof. Dr. Ronaldo Campelo da Costa – UFPI (Suplente Externo)

Uberlândia – MG

2026

Dedico este memorial:

Aos meus avós, à minha mãe, ao meu pai, à minha esposa, aos meus filhos, aos meus sogros e aos meus amigos. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui.

Aos meus professores que se dedicaram e contribuíram para o desenvolvimento da minha condição humana.

Aos alunos e aos colegas professores com quem tive a oportunidade de trabalhar e aprender ao longo da carreira.

A todos aqueles que acreditam na educação como meio de combater a violência e de valorizar a vida humana.

Gratidão!

## RESUMO

Elaborado como requisito para a promoção à Classe E, Professor Titular da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), este memorial constitui-se como um meio e instrumento de agradecimento, prestação de contas, esperança e denúncia da violência exercida contra o professor. No texto, resgato acontecimentos marcantes ocorridos em minha trajetória estudantil que me serviram de princípios para a atividade docente. No processo de mostrar como tornei-me professor até chegar à esfera federal, articulando minha vida pessoal e profissional, apresento as pessoas que foram essenciais para a elevação do nível da minha condição humana. Ao mesmo tempo, revelo a violência existente no meio educacional contra o professor, chamando a atenção para a necessidade de pesquisas sobre essa prática, muito comum nesse contexto, e para a importância de essa temática compor a formação de licenciandos e de professores em exercício. Ao descrever o que é ser docente em um Colégio de Aplicação, mais especificamente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp/UFU), nova denominação dada à Escola de Educação Básica (Eseba), destaco desafios, responsabilidades e possibilidades. Ao apresentar meu compromisso com a instituição e com a sociedade, destaco o que acredito ser minha maior contribuição: a Situação Social Contraditória (SSC). A SSC é uma proposta metodológica para o ensino de matemática e para a educação escolar, que desenvolvi no doutorado e que está diretamente comprometida com a classe trabalhadora e, portanto, com a escola pública. Como pessoa realizada e agradecida pelo presente, registro que o exercício contínuo de reviver o passado, para encontrar a síntese que expressa 25 anos de carreira, em muitos momentos, não foi agradável. Contudo, se a escrita envolveu sentimentos de resistência, nesse exercício também pude reviver e expressar minha gratidão a tantas pessoas que caminham comigo. Ao leitor, espero ter deixado a mensagem de que é possível romper com as contradições da vida pessoal e profissional e contribuir, de forma mais efetiva, para a transformação da realidade que dificulta e tenta impedir que as pessoas se enriqueçam de humanidade e desfrutem do melhor que o conjunto do trabalho tem produzido no campo material e imaterial.

**Palavras-chave:** Profissão docente; Violência contra professores; Educação Básica; Colégio de Aplicação; Situação Social Contraditória

## ABSTRACT

Prepared as a requirement for promotion to Class E - Full Professor in the Basic, Technical and Technological Education Career, this memorial serves as a means and instrument of gratitude, accountability, hope, and denunciation of the violence perpetrated against teachers. In the text, I recount significant events from my student trajectory that served as guiding principles for my teaching practice. In the process of showing how I became a teacher and reached the federal sphere, articulating my personal and professional life, I present the people who were essential to the improvement of my human condition. At the same time, I present the violence against teachers within the educational environment, drawing attention to the need for research on this very common practice in education and the importance of including this topic in the training of pre-service and in-service teachers. In describing what it means to be a teacher at a University

affiliated school, more specifically at Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp UFU), the new designation given to Escola de Educação Básica (ESEBA), I highlight challenges, responsibilities, and possibilities. In presenting my commitment to the institution and to society, I emphasize what I believe to be my greatest contribution: the Contradictory Social Situation, or Situação Social Contraditória (SSC). The SSC is a methodological proposal for teaching mathematics and for school education, which I developed during my doctoral studies, and which is directly committed to the working class and, therefore, to public education. As a fulfilled and grateful person, I note that the continuous exercise of reliving the past, to find the synthesis that expresses 25 years of my career, was not always pleasant. However, although the writing involved feelings of resistance, this exercise also allowed me to relive and express my gratitude to so many people who have walked alongside me. To the reader, I hope to have conveyed the message that it is possible to overcome the contradictions of personal and professional life and contribute, more effectively, to the transformation of a reality that hinders and tries to prevent people from enriching their humanity and enjoying the best that the sum of their work has produced in the material and immaterial realms.

**Key-words:** Teaching profession; Violence against teachers; Basic education; University affiliated school; Contradictory social situation

## LISTA DE SIGLAS

AOE	Atividade Orientadora de Ensino
CAp	Colégio de Aplicação
CAp/UFU	Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia
CineMat	Cinema com Matemática
CONDIR	Conselho Diretor
DIADO	Divisão de Apoio ao Docente
DIRAP	Diretoria de Administração de Pessoal
DIRPA	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Administração de Carreiras
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EFPEMAI	Especialização em Formação de Professores que Ensinam Matemática nos Anos Iniciais
Eseba	Escola de Educação Básica
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari
FPS	Funções Psíquicas Superiores
FUNEC	Fundação Educacional e Cultural de Araguari
GEPEAEM	Grupo de Estudo e Pesquisa para o Ensino e a Aprendizagem em Educação Matemática
GPEMAPe	Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Matemática e Atividade Pedagógica
IMEPAC	Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
SRE	Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia
SSC	Situação Social Contraditória
THC	Teoria Histórico-Cultural
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas estaduais em que fui professor, na cidade de Araguari-MG, até a posse como professor efetivo.....	18
Quadro 2 - Participação em eventos com ou sem apresentação de trabalhos e publicação em anais, anteriores ao mestrado e ao ingresso no CAp/UFU.....	25
Quadro 3 - Participação em eventos, com ou sem apresentação de trabalhos e publicação em anais, revistas ou livros, no período do mestrado e anteriormente ao ingresso no CAp/UFU.....	26
Quadro 4 - Anos de ensino que ministrei aulas no período de 2010 a 2025 .....	32
Quadro 5 - Participações em comissões internas no CAp/UFU.....	35
Quadro 6 - Contribuição no âmbito do estágio supervisionado de alunos licenciandos do curso de Matemática .....	38
Quadro 7 – Filmes trabalhados nos cinco anos de Cinema com Matemática (CineMat), no CAp/UFU.....	39
Quadro 8 - Aulas publicadas no Portal do Professor (plataforma online do MEC) .....	40
Quadro 9 - Contribuições como parecerista <i>ad hoc</i> a revistas especializadas, eventos e órgãos de fomento.....	42
Quadro 10 - Projetos de Ensino desenvolvidos no CAp/UFU, com a quantidade de alunos da graduação envolvidos.....	49
Quadro 11 - Nomes dos projetos de ensino desenvolvidos no período de 2012 a 2019 .....	49
Quadro 12 - Trabalhos produzidos, apresentados e publicados em anais de eventos, periódicos, jornais e livros, após o ingresso no CAp/UFU, antes e depois da tese de doutorado .....	54
Quadro 13 - Palestras, mesa-redonda, minicursos ou cursos ministrados.....	56

## Sumário

Resumo .....	6
Lista de Siglas.....	8
Lista de quadros.....	9
1 Introdução.....	11
2 Algumas características do meu ser professor, que antecederam a docência.....	13
3 A experiência da docência: uma trajetória rica e realizadora em meio aos desafios e contradições.....	17
3.1 A experiência de tornar-me professor e o caminho da docência antes da Eseba/UFU.	17
3.2 Ser professor na Eseba.....	28
3.2.1 A minha experiência da docência no CAp/UFU.....	31
3.2.2 A realização de mais um sonho e a (re)significação da docência na articulação entre o ensino de Matemática, a gestão, a pesquisa e a extensão .....	43
3.2.3 Ser professor no CAp/UFU, após o doutorado .....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
BIBLIOGRAFIA .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar a atividade de escrever este memorial, algumas sínteses centrais da filosofia marxista emergem em minha mente: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2009, p. 320); a contradição é o motor da história; e, na relação que estabelecemos com a natureza e com o outro, humanizamos o meio e nos humanizamos. E, por fim, a máxima de Paulo Freire, a qual reconhece que “somos seres condicionados, mas não determinados” (Freire, 2009, p. 19). Mais do que simples ideias, opiniões ou expressões, essas sínteses filosóficas e científicas, que a princípio podem parecer desconexas, traduzem bem a totalidade do meu processo histórico de desenvolvimento pessoal e profissional.

Para produzir esse texto, quando busco olhar do passado para o presente, ou seja, em ordem cronológica, uma pergunta que me ocorre é: como foi possível que um menino que, desde os 9 anos de idade, necessitou trabalhar fora para ajudar a mãe na composição da renda familiar tenha conseguido chegar até esse lugar, nesse momento?

No exercício de ir e vir, o olhar em sentido contrário, do presente para o passado, possibilita-me expressar a resposta em forma de gratidão pelas pessoas que tive a felicidade de encontrar e que fizeram a diferença em minha vida. Meus avós maternos (Maria de Lourdes e Carlos Divino), minha mãe e minha primeira professora (Maria Ordália), minha esposa (Marilane), meus filhos (Lucas e Gabriel), minha sogra e meu sogro (Odair e Osmar), meus amigos (Fabio, Astrogildo e Jeovandir), meus orientadores de mestrado e doutorado (Marcos Daniel e Fabiana), entre outros que na UFU me deram a oportunidade e o privilégio de aprender (Selva Guimarães, Décio Gatti e Arlindo), quando me aceitaram como aluno ouvinte em suas disciplinas na pós-graduação, em 2008 e 2009, além do amigo Mário Borges Neto, pela indicação de leituras e pelo incentivo ao estudo do marxismo para o mestrado e pelo suporte teórico durante o doutorado. Nesta lista, é preciso destacar os amigos e colegas do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, Cap/UFU<sup>1</sup>, sobretudo os da área de

---

<sup>1</sup> Conforme o Adendo ao Regimento Interno da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU), de 31 de outubro de 2019, “Em 24 de outubro de 2019, o Conselho da Escola de Educação Básica aprovou a alteração da denominação para Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (...)” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019). De acordo com o mesmo Regimento, em seu Art. 1º. “A Eseba/UFU, conforme artigo 156 do Regimento Geral da UFU e artigo 55 do Estatuto da UFU é uma Unidade Especial de Ensino vinculada à Reitoria voltada para o desenvolvimento da educação básica em suas diferentes modalidades de ensino.” Quanto à natureza desse Colégio de Aplicação, o Art. 2º esclarece que “A escola se propõe a assumir o papel de educadora, desde a Educação Infantil (04 e 05 anos) até o 9º ano do Ensino Fundamental, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos do 6º ao 9º ano, desenvolvendo atividades

Matemática (Antomar, Angela, Valmir e Raquel – já aposentados; Éderson, Mariana, Maísa, Silene, e, mais recentemente, Alex, Ketlin, Lóren e Muriell. Agradeço, também, a todos os meus alunos e colegas professores que tiveram participação nessa trajetória, ao longo desses 26 anos de carreira na docência.

Pela quantidade e qualidade das pessoas que tive como apoio, entre outras pessoas aqui não mencionadas e que, de alguma forma, influenciaram minha vida, fica o reconhecimento de que, se a caminhada foi difícil e pesada, ela também foi compensatória e gratificante. Não caminhei nem cheguei aqui sozinho. Na relação com as pessoas, colocando-me em atividade, tenho me tornado um ser humano melhor. A Educação Escolar foi o caminho que me possibilitou conhecer pessoas e obter conquistas que antes dos 25 anos de idade não ousava sonhar. Por isso, mesmo que digam que a educação não é garantia para todos, não posso deixar de acreditar na importância de sua contribuição no processo de superação da violência que as pessoas da classe trabalhadora vêm sofrendo pela ação de outros seres humanos.

Para possibilitar ao leitor chegar à compreensão do que determinou o início desse memorial e entender, por meio deste trabalho, a trajetória profissional que me levou ao lugar e ao momento em que me encontro e como tenho buscado contribuir com o processo educacional, sobretudo para a classe trabalhadora, preciso relatar, mesmo que de forma bem resumida, a minha história pessoal em meio ao processo educacional escolar. Afinal, entre o rol de saberes que compõem os saberes da docência, encontram-se aqueles produzidos durante toda a vida escolar e fora dela: são os “saberes da experiência” (Tardif, 2002).

---

e metodologias inovadoras e/ou sugeridas em consonância com os programas oficiais e produzindo conhecimento científico, artístico e filosófico, para melhor formação de seus discentes, acatando as finalidades, as diretrizes, o modelo de funcionamento e metas regulamentadas pela Portaria MEC nº 959, de 27/09/2013” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019).

## **2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO MEU SER PROFESSOR, QUE ANTECEDERAM A DOCÊNCIA**

Nascido em 1974, na cidade de Araguari-MG, meus primeiros anos de vida e minhas primeiras lembranças preservadas na memória se misturam à experiência de morar com os pais e os avós maternos no meio rural. Nos meus primeiros cinco anos de vida, minhas memórias e minha personalidade foram sendo produzidas na estreita relação com a cultura do povo do campo e das comunidades de Corumbaíba-GO e de Areião – distrito de Corumbaíba.

Entre as memórias mais marcantes, estão as da minha primeira experiência com o ambiente escolar. A primeira escola em que estudei, aos cinco anos de idade, fora construída pelo meu avô materno no mesmo ano em que nasci, em uma fazenda a cerca de 30 km da cidade de Corumbaíba. Ciente da necessidade e importância de atender as crianças e jovens que viviam nas terras vizinhas, meu avô trabalhou na construção da escola, um rancho, feito de madeira retirada no próprio local, sem paredes e coberta com folhas de bacuri. Os bancos e as carteiras dos alunos e a mesa da professora, feitas por ele, também eram de madeira que a natureza ali oferecia. Diferente eram os copos e pratos plásticos, todos na cor azul escuro, as painéis grandes de alumínio e os mantimentos escolares, os quais possibilitavam minha mãe e minha avó preparassem e servissem a merenda aos alunos, fornecida pela prefeitura de Corumbaíba.

Lembro-me de caminharmos em fila para chegar à escola, por força do trieiro (caminho estreito de terra pisoteada, em meio à mata ou ao pasto, que possibilitava o deslocamento de uma pessoa por vez). Nesse trajeto, recordo-me do cuidado que os alunos tinham com os seus materiais, livros e cadernos, em particular, um aluno que embrulhava, com zelo, e carregava os materiais em um saquinho de arroz de 5 kg, para protegê-los do sereno, da chuva e da poeira. Essa cena muito me chamou a atenção.

Recordo-me de minha mãe dando aulas, do seu esforço para que todos, em diferentes etapas da formação, aprendêssemos as lições. Entre leituras, ditados e cálculos, envolvendo as operações básicas, ela insistentemente me punha para estudar e me tomava a tabuada. Foi assim, numa escola multisseriada – onde atendia a alunos de diversas idades, do pré à 4ª série (atuais 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos) –, tendo minha mãe como primeira professora, que inicio a base da minha formação pessoal e profissional.

Aos seis anos de idade, mudamos para a cidade de Araguari. Entretanto, apesar da intensificação do tempo na cidade, da mudança drástica na rotina e nas experiências de vida, a relação com o campo ainda se manteve firme. Por conta da minha idade, minha mãe teve dificuldades em me matricular na escola. Não havia idade estipulada oficialmente para ingressar

na primeira série. Contudo, por já dominar as tabuadas e ter noção das 4 operações básicas e por ter certa intimidade com a leitura e a escrita, inclusive nos ditados, minha mãe solicitou que o meu caso fosse levado para a Superintendência Regional de Ensino (SRE), o que foi acatado após a realização e aprovação em um teste que verificou meus conhecimentos previamente adquiridos e que me davam condições de acompanhar o primeiro ano na escola da cidade. Autorizado pela SRE, retomei a vida escolar.

Uma curiosidade é que o meu ingresso precoce na vida escolar se deu pelo número insuficiente de alunos para manter o funcionamento da escola na roça. Para que a prefeitura de Corumbaíba reconhecesse a formação e desse o suporte, a exemplo da merenda escolar, eram necessários no mínimo 15 alunos, e faltavam dois. Foi aí que eu e a irmã de uma aluna, que a acompanhava na escola, entramos.

Recordo-me que, até a 4ª série (5º ano) fui um bom aluno. Contudo, a minha trajetória seguinte, até o ensino médio, seguiu o ritmo instável, confuso e incerto da vida conjugal e financeira de meus pais. Nesse tempo algumas lembranças ficaram marcadas em mim. Hoje percebo que o esforço e a dedicação de minha mãe para eu não abandonar os estudos era a esperança que a restava de um futuro melhor. Ela estava certa!

Um dia, estava na 7ª série (8º ano) e, diante do sofrimento de minha mãe, que passava dias e noites numa máquina de costura, ao encontrá-la dormindo escorada sobre a máquina resolvi mudar de vida. Assumi para mim mesmo que iria ser melhor na escola e que aprenderia o máximo que pudesse. Por coincidência, minha primeira aula do dia seguinte foi de Matemática, área a qual hoje me dedico. Numa correção de exercício, após a explicação do professor, solicitei que ele explicasse novamente o conteúdo, pois queria entender e precisava de um conhecimento prévio, necessário para a compreensão do conteúdo atual. As palavras agressivas – “Você está de brincadeira comigo? Você está falando sério?” –, somadas à sua fisionomia e à sua indignação, foram suficientes para eu abandonar o projeto de mudança de vida pela escola, projeto que só voltaria quando conheci Marilane, minha esposa e mãe de meus dois filhos.

A vontade de constituir minha própria família e as condições materiais e objetivas completamente adversas a esse projeto de vida fizeram-me ver, no curso superior o que chamo de “tábua de salvação”. O ensino superior era o que poderia mudar a minha vida, ou, como costume dizer, possibilitaria que eu pudesse “quebrar a corrente”.

Nesse momento preciso abrir um parêntese para registrar duas coisas: primeiro, a presença de meu avô Carlos (Carrinho) e de minha avó Maria de Lourdes (Lia), junto à minha

mãe (Maria Ordália), nunca permitiu que eu tomasse os caminhos tortuosos e tenebrosos das drogas e da violência. Desde os nove anos de idade, já trabalhava para fora, trazendo dinheiro para dentro de casa. E isso, não era por imposição, mas pela necessidade que eu via de ajudar quem sempre nos dedicou ao máximo sua saúde, seu amor e sua vida. Diante da carência de recursos financeiros, nunca faltaram referências de dignidade, amor, afeto, dedicação, humildade, compromisso, entre tantos outros atributos tão caros à humanidade. Como não ser grato? Segundo, a ação do professor fez com que eu formasse um princípio, o qual aplico: nunca deixar um aluno sem resposta e me esforçar junto àqueles que desistiram de lutar ou que não descobriram a oportunidade de desenvolver suas capacidades humanas na relação com os conceitos científicos e filosóficos e com a comunidade escolar.

Fechando o parêntese e retomando minha trajetória pessoal e profissional, conduzido pela Marilane, cheguei, em 1998, ao curso de Ciências, com habilitação plena em Matemática, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (FAFI). Digo conduzido pois, considerando alguém que estava sem rumo, foi ela quem definiu a direção. Para além do amparo familiar da minha mãe e de meus avós, esse caminho e o seu apoio era o que eu precisava.

Busquei aprender o máximo que pude. Dediquei-me a estudar. O dinheiro que tinha conseguido juntar pelo acerto trabalhista, fruto de quase 2 anos de trabalho em um frigorífico da cidade de Araguari, e com o apoio da Prefeitura de Corumbaíba-GO, juntamente com o dinheiro da venda de roupas, de porta em porta, que buscávamos em Maringá-PR, possibilitou-me pagar as mensalidades da primeira metade do curso. Contudo, o estudo não foi minha única preocupação.

A FAFI era uma instituição filantrópica. Mantida pela Fundação Educacional e Cultural de Araguari (FUNEC), a faculdade se mantinha em meio a muitas dificuldades. Mesmo assim, com a chegada do primeiro professor doutor na instituição, com ampla formação na área de pesquisa, para o cargo de chefe do departamento de Ciências, a FAFI abriu um programa de iniciação científica ofertando duas bolsas de estudo. Concorri e, no segundo semestre de 2001, com 27 anos de idade, consegui uma bolsa de estudo integral. Esse momento foi importante, por dois motivos: o primeiro foi por poder me dedicar exclusivamente aos estudos visto que estava isento das mensalidades. O segundo motivo, por ter sido apresentado à pesquisa. A orientação à pesquisa possibilitou-me conhecer uma realidade até então inexistente na minha vida, realidade essa que, mais tarde, abriria a porta para um mundo de possibilidades que também não pensava ser possível de conhecer e integrar.

Quando pensava que a questão financeira estava resolvida, iniciou-se um processo de

transição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (FAFI) para a então denominada Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), atual IMEPAC. A FUNEC cedeu todo o patrimônio disponível da FAFI à UNIPAC. Não sendo o suficiente a apropriação de toda a infraestrutura, a universidade, visando ao máximo o lucro, cortou as bolsas do programa em andamento. Minha indignação ganhou força com o apoio do chefe do departamento de Ciências, prof. Fabio de Oliveira, que não aceitou à finalização do programa científico e não abriu mão do cumprimento do compromisso com os bolsistas.

Foi então que o Superintendente Administrativo, em uma entrevista, exigiu-me a escrita de uma carta, com a pretensa justificativa de encaminhá-la ao setor superior para a avaliação da situação. Com esse episódio humilhante, posso dizer que também fui apresentado à injustiça e à perversidade sobre quem procura desenvolver sua intelectualidade no meio educacional.

Pela vivência com outros que também buscaram trilhar esse caminho – o da docência – e, como mostrarei a seguir, posso afirmar que essa prática de violência contra aqueles que necessitam elevar o nível de sua condição intelectual e política para contribuir com o desenvolvimento social, não é incomum. Na verdade, é prática constante. Esse me parece ser um bom tema de pesquisa para compor o rol de teses e dissertações das Universidades públicas do Brasil e ganhar espaço nos diferentes meios de divulgação, debates e propostas nas políticas que efetivamente se preocupam com a valorização profissional dos professores e com a Educação Escolar. Quais são as formas, os tipos e a frequência de violências que os professores da rede pública sofrem ao se colocarem no processo de elevar o nível de sua intelectualidade por meio da graduação e dos cursos *stricto sensu*?

Sigamos!

### **3 A EXPERIÊNCIA DA DOCÊNCIA: UMA TRAJETÓRIA RICA E REALIZADORA EM MEIO AOS DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

Passaram-se 25 anos desde que iniciei a carreira docente, sendo 15 deles como professor na área de Matemática do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp/UFU). São muitos anos de história, marcados por acontecimentos bons e ruins, sentimentos de esperança e de gratidão, mas também de indignação e de revolta. Sei que o memorial é um momento para apresentarmos nossa contribuição para o processo educacional e para a vida de outras pessoas. No entanto, também acredito e faço questão de, ao realizar esse exercício, em meio às contradições, apresentar a importância da educação para a minha vida. Afinal, como sintetiza Karl Marx, o processo de humanização se dá na relação que estabeleço com o outro e com o meio, na qual constituo a minha humanidade.

Dito isso, minha trajetória profissional como professor, em resumo, abrange as experiências de ser professor nas redes estadual (Ciências e Matemática), municipal (Ciências), privada (Ciências) e federal (Matemática). Atuando em escolas do meio urbano e do meio rural, vivenciei a realidade de alunos que estudaram nos 3 turnos (matutino, vespertino e noturno) e, para além do ensino regular, também assumi turmas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

#### **3.1 A EXPERIÊNCIA DE TORNAR-ME PROFESSOR E O CAMINHO DA DOCÊNCIA ANTES DA ESEBA/UFU**

Buscando, na docência, as condições de realização pessoal, em agosto de 2000 tive a oportunidade de vivenciar minha primeira experiência com a atividade pedagógica, atuando por 15 dias como professor substituto de Matemática, na E. E. Artur Bernardes<sup>2</sup>, escola onde, mais tarde (2006) assumiria uma vaga de professor efetivo. Foi uma experiência desafiadora, mas importante.

Noivo e decidido a ser professor, enquanto cursava a faculdade, participava de todas as designações para o cargo de professor (Ciências, Matemática e Biologia) na cidade de Araguari-MG. Não perdia uma oportunidade. Nessa época, as designações ocorriam de duas formas: a do início do ano, realizada no Ginásio da cidade, com todos os professores interessados

---

<sup>2</sup> A E. E. Artur Bernardes está localizada no distrito de Amanhece, situada a 12 km da cidade de Araguari-MG, e atende, majoritariamente, a alunos do meio rural. Para melhorar compreensão sobre a realidade da escola, à época, pode-se consultar a dissertação de Silva Júnior (2007).

presentes, seguindo a ordem de classificação pelo tempo de exercício no cargo; e as que ocorriam ao longo do ano letivo, decorrentes de licenças e afastamentos. Todos tinham que levar a documentação solicitada e a esperança de conseguir algum contrato, não importando o lugar, a carga horária ou o salário. O importante era acumular tempo de docência, elevando as chances em oportunidades futuras.

De início, como os dois primeiros critérios eram ser habilitado e tempo de docência no cargo, restava-nos participar e conhecer o processo. As reais oportunidades surgiam nas designações ao longo do ano letivo, geralmente de curta duração.

Conforme se verifica no quadro 1, antes de conseguir a efetivação em cargo na rede estadual (nomeação em 06/05/2006 e posse e exercício em 31/05/2006 pelo segundo concurso), após aprovação em dois concursos (2001 e 2004), trabalhei em oito escolas estaduais diferentes, das 17 existentes à época, na cidade de Araguari-MG.

Quadro 1 - Escolas estaduais em que fui professor, na cidade de Araguari-MG, até a posse como professor efetivo

Período	Disciplina	Escola	Tempo (dias)
01-08-00 a 15-08-00	Matemática	E. E. Artur Bernardes	15
22-09-00 a 29-09-00	Ciências	E. E. José Carneiro da Cunha	8
30-10-00 a 23-12-00	Ciências		55
03-04-01 a 04-04-01	Biologia		2
04-05-2001	Ciências	E. E. Madre Maria Blandina	1
22-05-01	Matemática		1
29-05-01 a 31-05-01	Matemática		3
18-06-01 a 07-07-01	Ciências	E. E. Rainha da Paz	20
30-10-01	Matemática	E. E. Madre Maria Blandina	1
21-11-01 a 20-12-01	Matemática	E. E. Dona Eleonora Pieruccetti	30
01-02-02 a 31-01-03	Matemática	E. E. Professor Antônio Marques	365
01-02-03 a 31-01-04	Matemática	E. E. Antônio Nunes de Carvalho Filho	365
04-02-04 a 31-01-06	Matemática	E. E. Visconde de Ouro Preto*	728
31/05/06 a 23/06/09	Matemática	E. E. Artur Bernardes	1119

\*Em decorrência do fechamento da escola, a certidão de contagem de tempo foi emitida pela E. E. Raul Soares.

Fonte: Elaboração própria.

No período da faculdade, ou seja, anterior a 21/12/2001, quando concluí o curso de Licenciatura e realizei a colação de grau, prestei dois concursos: um na rede estadual e outro na municipal. Aprovado em ambos, fui admitido como professor efetivo apenas pela Prefeitura de Araguari-MG, em 01/02/2002. Em regime celetista, trabalhei com o ensino de Ciências até 26/07/2010, quando pedi demissão para ingressar na carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, na Universidade Federal de Uberlândia. Momento em que ocorreu mais um episódio de injustiça e de desgaste, que relatarei ao final deste texto.

Na condição de professor efetivo na rede municipal e com relativa segurança da aprovação na rede estadual, o que me possibilitaria, a partir de fevereiro de 2002, ocupar um cargo durante todo o ano, no dia 07/11/2002 pude realizar o sonho de me casar e constituir minha família.

Apesar da aprovação nos concursos antes mesmo de concluir o curso superior, a minha trajetória profissional não foi simples. Um fato importante ocorreu quando fui fazer a inscrição para o concurso de professor de Ciências para a rede municipal de Araguari. Faltava menos de um ano para me formar quando saiu o concurso. Na fila de inscrição, fui abordado por uma das pessoas responsáveis por conferir previamente a documentação. Ao constatar que ainda não havia me formado, fui orientado, assim como outros, a não realizar a inscrição. Diferentemente daqueles que desistiram, relutei em sair da fila, pois ali estava minha primeira oportunidade real de mudar de vida pela docência. Meu sonho, e o de minha esposa – à época namorados, era termos um cargo para que pudéssemos nos casar. Em meio às palavras “Você perderá o seu dinheiro”, ecoaram outras da minha parte: “eu perco, mas farei a inscrição”. Lembro-me de que a incerteza de poder fazer ou não o concurso foi-me, mais uma vez, causa de indignação. Na época, quase não havia concursos públicos. Após a aprovação, o alívio veio ao saber que a posse seria em fevereiro de 2002, em meio a informação de que a conclusão do curso (21/12/2001), a colação de grau (21/12/2001) e a data de expedição do diploma (18/01/2002), não inviabilizariam a minha contratação. Fico imaginando o sentimento daqueles que perderam a oportunidade por causa de uma desinformação. A mesma desinformação que hoje ameaça a minha aposentadoria. Mas, como disse, deixarei para narrar esse acontecimento em momento posterior.

Nesse período em que fui professor de Ciências no meio rural, guardo com carinho as lembranças dos colegas, dos alunos e de práticas que são recordadas pelos ex-alunos quando temos a grata oportunidade de nos encontrar. Contudo, foi um tempo muito intenso e exaustivo.

Como professor de Ciências, cargo efetivo desde 01/02/2002, em 2003 recebi a informação da direção escolar de que deveria fazer a plenificação em Ciências Biológicas, sob pena de não poder continuar no cargo. Acredito que esse encaminhamento visava atender à legislação em vigor, que não reconhece a licenciatura curta em Ciências. Em busca de informações, identifiquei que a Portaria nº 773, de 29 de junho de 1995, revogou a Portaria nº 399, de 28 de junho de 1989, que conferia o reconhecimento às licenciaturas de curta duração.

O curso que realizei na FAFI foi reconhecido pelo MEC em 1995, conforme Portaria nº 773<sup>3</sup>, de 29 de junho de 1995. Apesar de ser um curso de Ciências, configurava-se com uma carga horária que conferia habilitação plena, apenas em Matemática. Necessitava, assim, de uma complementação de carga horária, a qual realizei por meio um curso promovido pela instituição privada que assumira o lugar da FAFI, mas que ainda, por estar em fase de transição, contava com o apoio da Fundação Educacional e Cultural de Araguari (FUNEC). Foi aí que iniciei o curso de Ciências Biológicas, no ano de 2003, vindo a concluí-lo em 19/03/2005.

Nesse tempo, além de atuar como professor de Ciências na rede municipal e como professor de Matemática na rede estadual, tive que cursar Ciências Biológicas, aos sábados, na Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. Parte desse curso aconteceu quando eu exercia a função de professor de Ciências no curso Normal Superior, no período de 01/04/2003 a 02/02/2004, também aos sábados, na mesma instituição.

Até hoje, sinto, ao lembrar dos prejuízos financeiros, físicos, emocionais e sociais desse período em que trabalhava como professor. Além da alta carga horária semanal, fui obrigado a realizar mais um curso de graduação.

Ao ser dispensado pela UNIPAC, fui informado de que o encerramento do contrato deveria ter ocorrido há seis meses e que a responsável pela minha demissão não sabia como eu havia permanecido por mais tempo que o previsto. O motivo da surpresa é que a demissão foi realizada com todos os que ingressaram no mesmo período, para evitar o pagamento de direitos previstos na legislação trabalhista – direitos que não foram observados e que deixei de requerer na Justiça.

Contudo, os episódios mais difíceis ocorreram ao exercer a docência na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Como informei, precisei passar em dois concursos públicos antes de ser efetivado. Isso porque existia uma prática de não lançar no edital todas as vagas

---

<sup>3</sup> “Reconhece o curso de Ciências, licenciatura plena, habilitação Matemática, ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, mantida pela Fundação Educacional e Cultural de Araguari, com sede na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais”.

existentes<sup>4</sup>. No primeiro concurso, lançaram-se apenas três vagas para professor de Matemática. Como já havia passado por algumas escolas e mantinha contato com outros professores, sabia da existência de mais cargos vagos do que havia sido informado.

Requisitei a cada uma das 17 escolas da rede estadual da cidade de Araguari-MG declarações sobre a existência de cargo vago para professor de Matemática. Consegui recolher quase todas, até receber uma negativa em uma das escolas. Uma inspetora, à época, ao saber que havia um professor solicitando essas declarações, proibiu a entrega. No entanto, já havia comprovado 13 cargos vagos.

Ora, isso não é um dever da escola, no que se refere à transparência? A história dessa inspetora e de alguns diretores da cidade de Araguari daria boas produções acadêmicas sobre violência no meio educacional. O importante é que a ação foi suficiente para mobilizar as escolas e a Superintendência Regional de Ensino, localizada em Uberlândia-MG. Tanto que, no edital do segundo concurso, ocorrido em 2004, constava o lançamento das 13 vagas comprovadas. A história da gestão educacional araguarina, em particular, e a do estado de Minas Gerais, em geral, merece investigação.

Como se pode verificar pelo Quadro 1, considerando as escolas e os períodos em que atuei, apesar das incertezas e apreensões a cada designação no início do ano, desde 2002 não fiquei sem contrato. O primeiro critério para atribuição de aulas passou a ser a lista de aprovados no concurso. Portanto, os critérios que antes me impediam – como o de maior tempo no cargo e na escola – ficaram em segundo plano.

Na condição de professor efetivo em um cargo (rede municipal) e tendo sido aprovado pela segunda vez em outro concurso (rede estadual), no qual minha esposa também foi aprovada, mesmo ainda trabalhando por contrato, e considerando que minha colocação tinha ficado abaixo das 13 vagas existentes e lançadas no edital, eu e minha esposa pudemos, com o mínimo de segurança, trazer ao mundo o nosso primeiro filho. Em 21 de abril de 2005 nasceu o Lucas. Com esse sonho realizado, pouco mais de um ano após o seu nascimento, em 31/05/2006, tomamos posse como professores efetivos na rede estadual de ensino, pelo segundo concurso. Outro sonho realizado.

Contudo, as contradições, dificuldades e violências enfrentadas por aqueles que se dispõem a ser professores na educação básica pública não se limitam ao início da carreira.

---

<sup>4</sup> Essa prática de esconder vagas ou aulas existe até hoje nas designações do início do ano, quando o diretor quer privilegiar a contratação de algum protegido seu.

Desenvolver a minha intelectualidade no exercício da docência, articulando ensino e pesquisa – ênfase – não foi simples nem agradável.

De posse de dois cargos efetivos e com a vivência no meio educacional, sobretudo na rede estadual de ensino, em meio à gratidão pela oportunidade de constituir minha família, emergiu a indignação diante das inúmeras e variadas formas de violência presenciadas por mim e por outros. No que me compete, e que agrega valor a este trabalho, registro que, diante dessa indignação e inconformidade com a realidade vivenciada, decidi que não mais queria ser professor. Estava desistindo da docência.

Nesse momento, o professor Astrogildo, amigo a quem devo muito, perguntou-me por que eu não fazia o mestrado em Educação. Fiquei surpreso, pois não sabia nem por onde começar. Por certo tempo, relutei em continuar na educação e avaliei as possibilidades de concursos em outras áreas. Contudo, os amigos Astrogildo e Fábio convenceram-me de que esse caminho era possível e até mais coerente com a minha realidade. Foi então que condicionei minha permanência na docência à esfera federal.

Decidido a avançar na carreira, encontrei no amigo Astrogildo o apoio necessário para articular o ensino à pesquisa, formar um currículo e trilhar os caminhos para chegar à Universidade Federal de Uberlândia, inicialmente como aluno – até então, uma realidade muito distante para mim. Hoje tenho a consciência de que a pior distância, para quem tem a vida limitada, não é a geográfica. Não tinha noção do quão valerosa é a coisa pública.

Penso que é importante relatar que, nesse período de experiências desafiadoras e enriquecedoras, surge, mais uma vez, a contradição a ser superada. Os trabalhos gratificantes com os alunos, alguns objetivados na forma de relatos de experiências, aprovados para apresentação em eventos e posteriormente publicados, divulgando o nome da escola e contribuindo para a preservação de sua história, revelaram a incompreensão e a falta de apoio da gestão e da superintendência.

Fomos advertidos de que não seríamos impedidos de participar dos eventos; porém, teríamos que assumir as faltas pelos dias de ausência. Iniciou-se, assim, mais um processo de desgaste junto à direção e à Superintendência Regional de Ensino, envolvendo conversas, elaboração de documentos, espera por respostas e, como resultado, prejuízos financeiros e emocionais.

Decidido a não me sujeitar mais àquela situação de opressão, descaso e de desvalorização profissional, mantive minha decisão de seguir em frente. Tanto que resolvi, com consentimento de minha esposa, pedir exoneração do cargo de professor da rede estadual de

Minas Gerais. No dia 24/10/2009, o Estado publicou meu pedido de exoneração, reconhecendo meu desligamento “do cargo do provimento efetivo de Professor de Educação Básica – PEB Nível III, Grau A, da E.E. ‘Artur Bernardes’, de Araguari, a partir de 24 de junho de 2009”.

O pedido de exoneração decorreu do seguinte acontecimento: no final de 2008, tive a satisfação de ser aprovado no processo seletivo do Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. No início do mês de fevereiro de 2009, decidi a dedicar-me integralmente ao estudo e à pesquisa, consultei a secretaria da escola sobre a possibilidade de liberação para qualificação.

Com a resposta afirmativa, após análise da minha situação profissional, entramos com o processo junto à Superintendência Regional de Ensino. Na ocasião, informei à escola, por escrito, que, a partir de março, não mais exerceria minhas atividades docentes e que, em caso de demora do resultado, aguardaria a liberação na condição de faltoso. Essa ação teve o objetivo de viabilizar a contratação de outro professor, evitando prejuízos ao funcionamento da escola.

Transcorrido o mês de fevereiro, passei à condição de faltoso, observando-se a determinação legal de não ter mais de 30 dias de faltas consecutivas nem 90 dias de faltas no ano. Quando questionava sobre a liberação para qualificação, a resposta era sempre a mesma: “O processo está em Belo Horizonte.” Chegando o mês de junho e ainda sem resposta, e eu totalmente dedicado ao mestrado, procurei novamente informações junto à SRE. Para minha surpresa e indignação, recebi a notícia de que o processo havia sido analisado e de que eu não poderia ser liberado, pois faltavam, salvo engano, 14 dias para o encerramento do meu período probatório. Portanto, não estava tudo certo como a escola havia informado. Haveria problema, sim! Questionei sobre a possibilidade de abater esses dias no meu tempo de férias-prêmio<sup>5</sup>, ou se havia outra forma para que eu fosse liberado. A resposta foi negativa. A orientação era de retornar às atividades imediatamente.

Não questiono o cumprimento do que a Lei determina. No entanto, percebe-se como o Estado prejudica seus profissionais. Para além da desinformação que recebi, eu já estava prestando serviço à rede estadual desde o ano de 2000 e, de forma contínua, a partir de 2003, conforme se pode verificar pelo Quadro 1. Sendo assim, mesmo tendo mais de 5 anos de

---

<sup>5</sup> As férias-prêmio são um benefício trabalhista adquirido pelo servidor público efetivo (estatutário), a cada cinco anos de efetivo exercício, com direito a três meses de licença remunerada. Portanto, o tempo para esse benefício, quando concedido pelo governo, começa a contar a partir da data de entrada em exercício no cargo efetivo. Contudo, a depender do governador, mesmo o servidor tendo o direito reconhecido às férias-prêmio, o Estado pode inviabilizar a possibilidade de o servidor usufruir desse direito. Ou seja, não abre a possibilidade de o servidor solicitar as férias-prêmio ou, se as solicita, estas são recusadas. Pode ser que, mesmo depois de publicadas em Diário Oficial, o governador as cancele, como ficou demonstrado pela ameaça que os professores nessa situação, sofreram em 2025.

serviços prestados ao Estado, em decorrência da aprovação, em particular no 1º concurso em 2001, no qual não me foi dada posse por conduta inadequada do próprio Estado, ao omitir vagas, não poderia utilizar o benefício e me afastar integralmente das atividades por 3 meses, nem para me qualificar como profissional. Nem mesmo poderia pagar os poucos dias que restavam para o cumprimento do período probatório de 2 anos, ao final da carreira, por exemplo, estendendo minha aposentadoria. Foi a gota que faltava. Pedi exoneração.

Lembro-me que no dia em que fui presencialmente à Superintendência para efetivar a exoneração, fui informado sobre a possibilidade de me afastar por interesse particular. Porém, teria que pagar algumas centenas de reais por mês para continuar mantendo o vínculo com o Estado. Um absurdo!

Não são poucas as estratégias que o Estado utiliza para trazer prejuízos financeiros aos professores. Não entendo como essas ações de prejudicar os servidores públicos são praticadas e permitidas. Essas estratégias, também deveriam compor objetos de pesquisa e investigação. O conhecimento dessa prática é importante para que a Universidade possa preparar o licenciando, futuro professor, e os professores experientes para o cuidado com suas carreiras.

Na escrita desse memorial, dou um passo para trás para registrar a importância de professores qualificados na educação básica. Nesse processo de indignação e revolta, mas não só, diante das contradições e violências sofridas e presenciadas no âmbito educacional, encontrei a oportunidade de seguir em frente. Astrogildo, então mestrando na UFU, a quem serei sempre grato, não só me falou sobre possibilidades no âmbito da carreira docente, mas também se pôs a acompanhar-me durante todo o processo para chegar à docência na esfera federal. Compartilhou saberes e práticas, incluindo-me na realização de atividades pedagógicas interdisciplinares na escola; orientou-me na leitura, na escrita e na apresentação de trabalhos em eventos científicos; explicou-me a possibilidade de fazer mestrado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); apresentou-me a professores do curso de mestrado e doutorado na Faculdade de Educação da UFU, o que possibilitou a mim a realização de três disciplinas como aluno ouvinte, até que eu fosse aprovado no curso de mestrado em educação por essa mesma instituição, em 2009. Além disso, conversávamos bastante sobre a pesquisa do mestrado. Também, é preciso dizer que, nesse tempo de preparação para o ingresso no mestrado, tive o apoio incondicional de minha esposa, que concordou com a redução do número de aulas na rede municipal, implicando em uma redução da renda familiar mensal, para dedicar-me à preparação para o processo seletivo.

Para ilustrar a importância e as possíveis contribuições às escolas públicas de professores que nelas atuam e que se propõem a se especializar no campo da pesquisa em programas de pós-graduação nas universidades federais, trago por meio do Quadro 2, o impacto que esse profissional trouxe para uma escola com alunos do meio rural e para a minha formação profissional e pessoal. Sendo assim, antes de apresentar minha trajetória na ESEBA, é importante listar os trabalhos produzidos e apresentados/publicados em eventos. A diversidade de temas e a quantidade de trabalhos realizados tanto possibilitaram um movimento de elevação da qualidade da atividade docente e discente quanto me qualificaram para o ingresso no mestrado e a aprovação em concurso, no âmbito federal.

Quadro 2 - Participação em eventos com ou sem apresentação de trabalhos e publicação em anais, anteriores ao mestrado e ao ingresso no CAP/UFU

<b>Data</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Evento</b>	<b>Local</b>
13 e 14/11/2007		VIII Seminário Nacional: O Uno e o Diverso na Educação Escolar.	Uberlândia, MG
22 a 24/05/2008	1) Saberes e Práticas de Ensino de Matemática: Conhecimentos e Inclusão por meio de um Jogo de Equações; 2) Experiência Interdisciplinar em Escolas Rurais: o Multiculturalismo em Cena.	III enescpop encontro nacional educação, saúde e cultura populares.	Uberlândia, MG
02 a 04/07/2008	Prática pedagógica interdisciplinar em uma escola rural: reflexão sobre o multiculturalismo.	9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED – Centro Oeste	Taguatinga, DF
20 a 25/07/2008	Interdisciplinaridade, ensino de História e multiculturalismo em escolas rurais.	XVI Encontro Regional de História - ANPUH - MG.	Belo Horizonte, MG
03 a 05/09/2008		I Colóquio Nacional Michel Foucault: Educação, Filosofia, História - Transversais	Uberlândia, MG
16 a 19/09/2008	O trabalho com projeto em Escolas Rurais: um olhar em torno da juventude rural.	I Seminário Nacional de Educação e XII Semana de Pedagogia: Vinte anos de constituição: direito à educação ou educação como direito?	Francisco Beltrão, PR
01 a 03/10//2008	A formação continuada de professores na perspectiva da educação multicultural em escolas rurais	VI Mostra de Produção Científica - UNIPAC	Araguari, MG
19 a 22/10/2008		31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED	Caxambu, MG
27 a 30/10/2008	A escolarização no Brasil na Primeira República: algumas reflexões.	IX Seminário Nacional: Uno e o Diverso na Educação Escolar e XIV Seminário Regional sobre Formação do Educador.	Uberlândia, MG

Fonte: Elaboração própria.

Com seres humanos notáveis ao meu lado, Marilane, Astrogildo e Fabio, tive contribuições essenciais em meu processo de desenvolvimento profissional e pessoal. No primeiro semestre de 2009, iniciei o curso de mestrado no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Exonerado de um cargo e em licença por interesse particular (LIP) em outro, abracei o mestrado com todas as forças. Assim como visualizei, na graduação, a oportunidade de adquirir independência financeira e constituir minha própria família, concebi o mestrado como a oportunidade de desenvolver minha intelectualidade e transformar meu percurso de vida, aliado à vontade de contribuir com o desenvolvimento de outras pessoas. Felizmente, não estava errado.

Foi um período intenso, de muita aprendizagem e desenvolvimento. A produção, expressa no Quadro 3, possibilita dimensionar o que significou esse processo.

Quadro 3 - Participação em eventos, com ou sem apresentação de trabalhos e publicação em anais, revistas ou livros, no período do mestrado e anteriormente ao ingresso no CAp/UFU

<b>Data</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Evento/meio de divulgação</b>	<b>Local</b>
28 a 30/04/2009	Tecnologias e o Ensino de Ciências: perspectivas a partir de um curso de formação continuada em astronomia.	II ESMEF – Encontro Mineiro Sul-Mineiro de Ensino de Física	Itajubá, MG
19 a 22/05/2009	Jovens no meio rural: concepções sobre a escola noturna.	VII Semana Pedagógica – Profissão Professor: Identidade(s) em construção.	Uberlândia, MG
24 a 26/06/2009	1) As tecnologias digitais na construção dos saberes de professores e estudantes em uma escola no meio rural. 2) Inclusão Digital em tempos de informatização das escolas públicas: contradições e esperanças. 3) Formação continuada de professores, os recursos computacionais e o ensino de Astronomia.	X Seminário Nacional: Uno e o Diverso na Educação Escolar e IV Seminário de Didática: Docência e Formação de Professores.	Uberlândia, MG
2009	Desafios e possibilidades do uso das TICs em uma escola no meio rural brasileiro.	IV Congresso da CiberSociedade 2009. Crise analógica, futuro digital	<i>On-line</i>
04 a 07/10/2009	O Ambiente escolar noturno e seus significados para os jovens estudantes de uma escola no meio rural.	32ª Reunião Anual da ANPED. Sociedade, cultura e educação: novas regulações?	Caxambu, MG
03 a 06/11/2009		VII Encontro Nacional Perspectivas para o Ensino de História promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.	Uberlândia, MG
06 a 08/12/2009	Políticas Públicas Educacionais e inclusão digital: desafios para uma educação inclusiva.	V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente	Uberlândia, MG

Quadro 3 - Participação em eventos, com ou sem apresentação de trabalhos e publicação em anais, revistas ou livros, no período do mestrado e anteriormente ao ingresso no CAP/UFU (Conclusão)

Data	Título do trabalho	Evento/meio de divulgação	Local
20 a 23/04/2010	Construtivismo em ensino de Ciências na educação básica: uma análise acerca das concepções dos professores	XV ENDIPE. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais.	Belo Horizonte, MG
2010	Professores na Educação Básica e as tecnologias computacionais no ensino de Astronomia.	X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped Centro-Oeste: Desafios da Produção e Divulgação do Conhecimento	Uberlândia, MG
2010	O perfil dos estudantes do noturno de uma escola rural e suas concepções sobre a educação escolar.	Revista: Ciências Humanas e Sociais em Revista (Impresso), v. 32, p. 165-178.	
2010	Inclusão social e inclusão digital em tempos de globalização: um estudo em uma escola rural.	Revista em Extensão (Online), v. 9, p. 83-98.	

Fonte: Elaboração própria.

De posse do conhecimento e da experiência adquiridos em quase uma década como professor e, mais recentemente, adquiridos no mestrado, quando pude ampliar minha vivência com a pesquisa, surge a oportunidade de realizar o concurso na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU<sup>6</sup>). O concurso surgiu antes do dia 4 de março de 2011, quando me foi conferido o título de Mestre. Lembro-me de que recebi a notícia quando estava apresentando um trabalho em um evento em Belo Horizonte-MG. Minha primeira reação, ao ler o edital, foi de quem não acreditava estar preparado para esse concurso. A princípio, não faria a inscrição. Porém, os amigos Astrogildo e Jeovandir não se conformaram com a minha reação. Presentes nesse tempo de enriquecimento da minha humanidade, mas também de instabilidade em minha vida, os dois insistiram para que eu fizesse a inscrição, enfatizando que o concurso era o ideal para o meu perfil. Com esse apoio, resolvi ler o edital

<sup>6</sup> Atualmente denominado Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp/UFU), à época, a Escola de Educação Básica (Eseba), era um dos 17 Colégios de Aplicação existentes no Brasil, dos quais eu não tinha conhecimento. Atualmente, são 24 unidades reconhecidas. Quanto à sua natureza, os Colégios de Aplicação (CAp) são unidades educacionais vinculadas às Universidades Federais e, portanto integram o sistema federal de ensino. De acordo com o PARECER CNE/CEB 26/2002 ([https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB026\\_2002.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB026_2002.pdf)), “(...) a condição de autonomia universitária garantida constitucional e legalmente se aplica ao desenvolvimento das atividades dos Colégios de Aplicação que, embora sua ação seja diretamente voltada para a Educação Básica, tem como objetivo fundamental a formação dos professores em capacitação dos cursos próprios para a sua formação voltada para o Magistério e demais ações, específicas da educação. É na verdade, o campo experimental e de formação na prática do ensino e da educação” (Brasil, 2002). Dessa forma, cada Colégio de Aplicação elabora o seu próprio Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar, respeitando a LDB e as diretrizes da universidade federal a que está vinculado.

novamente e, mais calmo, mesmo não tendo concluído o mestrado e não dispondo de nenhum curso *lato sensu*, percebi que realmente minha preparação convergia para o que o edital propunha e que a possibilidade de aprovação era real.

Conforme o Edital nº 029/2010, que tornou público o Concurso Público de Provas e Títulos, para o preenchimento de 36 vagas de Professor da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Uberlândia, para a Escola de Educação Básica, sendo cinco dessas vagas à área de Matemática, conforme disposto na Portaria nº 325, de 19/03/2010/MEC, realizei o concurso e fui aprovado para ocupar o cargo de professor de Matemática na referida unidade de ensino.

Conforme certidão e segundo consta no livro de registro de Termos de Posse, folha 744, do livro nº 05, o assentamento de posse ocorreu no dia 28 de julho de 2010, mesmo dia em que me apresentei na Eseba. Nesse momento, quando cheguei ao colégio, ao subir a rampa que leva da portaria à sala da direção, lembrei-me de quando fui fazer a prova didática e, ao subir aquela rampa pela primeira vez, permiti-me imaginar percorrer esse mesmo trajeto como professor efetivo da instituição – de vez em quando, ao subir a rampa, essa lembrança é reativada. A receptividade da diretora Elizabet, aliada àquele momento, bem como a receptividade dos professores da área de Matemática, proporcionaram-me um sentimento de valorização até então não vivenciado no âmbito educacional, na condição de professor. Esse sentimento se confirmou ao longo do tempo.

Em síntese, meu objetivo, bem como todo o meu esforço e o apoio dos amigos e familiares para ingressar na esfera federal, haviam sido recompensados.

### 3.2 SER PROFESSOR NA ESEBA

Dialogar com este subtítulo é importante, por ser o memorial um meio e um instrumento pelos quais posso agradecer às pessoas que foram fundamentais no meu processo de humanização e de prestar contas comigo mesmo e com a sociedade, para além do rito de reconhecimento daquele que avançou nos degraus da carreira ao longo de quase duas décadas, cumprindo com êxito suas funções.

Assim como eu não fazia ideia do que era ser professor na Eseba ou em um Colégio de Aplicação, não é incomum, entre colegas professores externos ao CAp/UFU, que, ao descobrirem no que e onde trabalho, perguntem quantas aulas dou por semana. É uma situação

interessante porque a resposta, ao ser recebida pelo ouvinte e comparada com a realidade de ser professor nas redes estadual, municipal e privada, provoca-lhes uma reação que não condiz com a realidade. O número de aulas, em si, não revela a essência do que é ser professor da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Portanto, fazer abstrações reveladoras de múltiplas determinações que constituem essa atividade também é uma oportunidade de evidenciar a complexidade, as obrigações, as possibilidades e a importância de um professor em um Colégio de Aplicação de uma Universidade Pública, sobretudo sob um regime de contratação de 40 horas, com dedicação exclusiva (DE). Se não há um único modelo ou padrão de professor nesse espaço, apresentar os principais determinantes reveladores dessa condição considera a dimensão subjetiva, mas, principalmente passa pela dimensão objetiva.

Em consulta ao documento que rege o trabalho docente na Universidade Federal de Uberlândia e, conseqüentemente, no Colégio de Aplicação a ela vinculado, constata-se que esse lugar é um espaço privilegiado de ensino, mas também de gestão, extensão, representatividade e, sobretudo, de inovação e socialização dos saberes produzidos. Isso significa que o professor necessita conciliar o ensino com outras atividades ao longo da carreira, respeitando, ou melhor, aproveitando as aptidões de cada um.

Segundo a Resolução SEI nº 02/2018, do Conselho Diretor (Consolidada)<sup>7</sup>, que “normatiza os regimes de trabalho e o Plano de Trabalho Docente da Universidade Federal de Uberlândia”, Seção I, Art. 3º, são atividades dos docentes integrantes das Carreiras do Magistério Federal, entre outras:

- I - o ensino, a pesquisa e extensão que visem à produção e socialização do saber;
- II - a inovação relacionada à introdução de novidade ou aperfeiçoamento de produtos, processos e serviços;
- III - a gestão institucional relacionada ao exercício de coordenações de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e cargos de direção ou de função gratificada na Universidade, ou em órgãos federais, estaduais ou municipais, cujas atividades estejam relacionadas à área de atuação do docente e previstas em legislação específica e consideradas indispensáveis ao atendimento aos princípios e Resolução Consolidada SEI nº 02/2018, do CONDIR (6487634) SEI 23117.029079/2018-86 / pg. 2 objetivos institucionais; e
- IV - a participação, representação e outras normatizadas pelas Unidades Acadêmicas de acordo com a Resolução nº 03/2017, do Conselho Diretor (Universidade Federal de Uberlândia, 2018).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONDIR-2018-2.pdf>.

Ao considerar o rol de atividades do docente no âmbito do magistério federal, observa-se que não há espaço para a docência sem a articulação do ensino com outras dimensões essenciais para se produzir conhecimento no meio educacional: a pesquisa e a extensão. E que não há docente cuja atividade se restrinja à pesquisa ou à extensão. No Colégio de Aplicação, o ensino é a atividade prática, enriquecida tanto pelo que se tem de produção no meio educacional quanto pelo que é produzido pelos seus profissionais.

De modo a garantir as condições para esse tipo particular de docência, a Resolução resguarda, em seu Art. 9º, que “todo docente fica obrigado a ministrar, no mínimo, 8 (oito) horas-aula<sup>8</sup> semanais”. O Art. 10º determina que “o limite máximo de atividades de aulas para o docente em regime de 40 horas semanais ou com dedicação exclusiva será de 20 horas por semana, observado o disposto no § 2º do art. 9º (Redação dada pela Resolução CONDIR Nº 14, de 14/3/2022)”. O referido documento esclarece, pelo § 2º, que “os limites previstos no caput e no § 1º incluem apenas a ministração de aulas, não incidindo sobre as atividades de planejamento, preparação, orientação e avaliação (Redação dada pela Resolução CONDIR Nº 14, de 14/3/2022)”.

Em relação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, recorre-se a parte do Art. 13, por estabelecer os seguintes parâmetros a serem observados:

I - o docente deverá prever em seu Plano de Trabalho, no mínimo, 1 (uma) hora semanal por disciplina para o atendimento extraclasse aos discentes; (Redação dada pela Resolução CONDIR Nº 14, de 14/3/2022)

II - o docente deverá prever em seu Plano de Trabalho tempo para a realização de atividades de preparação de aulas, elaboração de material didático e correção de provas, equivalente a até 100% da carga horária de aulas semanais;

III - o docente poderá prever em seu Plano de Trabalho tempo de até 10% (dez por cento) de sua carga horária semanal para participação em comissões esporádicas ou temporárias, reuniões pedagógicas e/ou administrativas, atividades junto a plataformas virtuais ou outras atividades burocráticas, e estas atividades deverão ser registradas na seção do Plano de Trabalho referente a "Outras Atividades"; (Redação dada pela Resolução CONDIR Nº 14, de 14/3/2022).

---

<sup>8</sup> De acordo com o § 2º, da Resolução supracitada: “É considerada como hora-aula toda atividade didática no âmbito dos cursos e programas regulares do Ensino Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com duração de 50 (cinquenta), 55 minutos (cinquenta e cinco) ou 60 (sessenta) minutos, de acordo com a especificidade da Unidade (Redação dada pela Resolução CONDIR Nº 6, de 17/5/2021)”.

A partir do que foi exposto, é possível abstrair que ser professor na Eseba é fazer da sala de aula um laboratório no qual se aplicam e produzem conhecimentos no campo da educação, com o objetivo de contribuir com a formação dos alunos, de professores e de outros sujeitos da comunidade externa, em âmbito local, regional, nacional e, até mesmo, internacional. Nesse sentido, o professor se coloca na condição de intelectual que assume compromisso direto com o processo de desenvolvimento, não só das capacidades psíquicas dos alunos, respeitando sua idade biológica<sup>9</sup> e a sua condição<sup>10</sup> no processo de humanização, mas também com o desenvolvimento da sociedade.

Diante do exposto, a continuidade desse memorial requer a descrição das atividades que desenvolvi ao longo da carreira no CAp/UFU e de como estas se articularam, para que fique evidente como tenho buscado, até o momento, contribuir com a universidade pública em seu compromisso com a sociedade, bem como posso continuar contribuindo no futuro.

### **3.2.1 A minha experiência da docência no CAp/UFU**

Conforme mencionado anteriormente, no dia 28 de julho de 2010 tomei posse e me apresentei na Eseba (CAp/UFU). Uma particularidade dessa unidade escolar é que o professor especialista de cada componente curricular, a exemplo da Matemática, é responsável pelo ensino do 4º ao 9º ano. Cada ano de ensino é composto por três turmas, identificadas como turmas A, B e C, tendo cada uma delas, atualmente, o número de 20 alunos como referência, incluindo os que são público-alvo da Educação Especial. Naquela época, em 2010, o número de referência de alunos por sala era de 25<sup>11</sup>.

Chegar no meio do ano letivo e começar o trabalho em uma instituição com um modo diferente de organização e com pessoas que não conhecia foi suavizado pela parceria e solidariedade do professor Antomar, com o qual tive o privilégio de trabalhar e aprender. Com ele, assumi uma turma de 8º e outra de 9º ano. Lembro-me, com admiração e respeito, do dia em que cheguei à área de Matemática e que o professor Antomar passou a me atualizar sobre o

---

<sup>9</sup> “A Escola de Educação Básica - Eseba - é uma Unidade Especial de Ensino da Universidade Federal de Uberlândia, cuja finalidade é oferecer ensino básico ao público da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como oportunizar campo preferencial para estágios práticos de alunos dos cursos de licenciaturas dessa Universidade.” (Fonte: <https://www.eseba.ufu.br/unidades/unidade-academica/eseba>).

<sup>10</sup> Alunos atípicos, público-alvo da Educação Especial, ou não, compõem o corpo discente da Eseba.

<sup>11</sup> A redução do fluxo de alunos na Eseba ocorreu em função da determinação judicial que obrigou a instituição a destinar, a cada ano, no mínimo, 10 % do total das vagas a pessoas com deficiência.

trabalho. Pegou seus cadernos de planejamento e sua pasta com os seus materiais impressos, organizados em sequência, apresentando-me o que os alunos estavam estudando e como havia organizado o ensino dos conteúdos. Para minha surpresa e gratidão, disponibilizou seu material, permitindo-me utilizá-lo, deixando-me à vontade, inclusive, para propor modificações e trazer contribuições. Esse gesto espontâneo, generoso, de humildade, solidariedade e compromisso com as pessoas e com a educação – e que é comum a todos da Área de Matemática – foi essencial para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Com os profissionais da área de Matemática, cada um com a sua singularidade, mas com os mesmos objetivos e sempre dispostos a entregar ao outro o que têm de melhor, em favor do bem comum, aprendi o significado de coletividade, de pensar e agir por princípios bem definidos e, também, de considerar e avaliar os possíveis desdobramentos das decisões tomadas. Enfim, pude vivenciar uma ética profissional admirável. Por isso, aproveito mais esta oportunidade para agradecer a todos: Antomar; Raquel; Valmir; Angela; Éderson; Maísa; Mariana e Silene – com os quais tive a oportunidade e o privilégio de trabalhar desde o início. Com a aposentadoria dos quatro primeiros, tive a oportunidade de contribuir e de me enriquecer com as contribuições de Arianne, Alex, ketlin, Lóren e Muriell, aos quais estendo os meus agradecimentos pela parceria e pelo comprometimento com os princípios que a área de Matemática sempre apresentou.

De 2010 a 2025 tive a oportunidade de trabalhar com turmas do 4º ao 9º ano, totalizando 31 turmas e 776 alunos atendidos. Neste ano de 2026, estou como professor de duas turmas do 7º ano. Conforme apresento no Quadro 4, esse trabalho com os diferentes anos de ensino não seguiu uma linearidade.

Quadro 4 - Anos de ensino que ministrei aulas no período de 2010 a 2025

Ano Civil	Ano Escolar		Número de alunos
	1º semestre	2º semestre	
<b>2010</b>	8º C e 9º C		51
<b>2011</b>	8º C e 9º C		51
<b>2012</b>	7º A e C	7º A, B e C	59/87
<b>2013</b>	7º A e B		52
<b>2014</b>	9º A, B e C		70
<b>2015</b>	5º A e B		52
<b>2016</b>	6º A, B e C		81
<b>2017</b>	6º C e 7º C		52
<b>2018</b>	8º C e 9º B		51

Quadro 4 - Anos de ensino que ministrei aulas no período de 2010 a 2025 (Conclusão)

Ano Civil	Ano Escolar	Número de alunos
2019	6° C e 7° C	52
2020	5° A e B	54
2021	Afastamento integral para a qualificação de doutorado (07/12/20 a 07/12/2022)*.	
2022		
2023	4° A e B	41
2024	6° C e 7° C	42
2025	6° A e B	40
<b>TOTAL</b>		<b>776</b>
2026	7° A e B	40

\* Portaria PROGEP Nº 2340, de 01 de dezembro 2021 e Processo SEI/UFU Nº 3218072  
 Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa, iniciei minha carreira no CAp/UFU trabalhando com os anos finais do ensino fundamental. Contudo, o fato de vivenciar uma nova relação com os conceitos matemáticos, aliado à existência de alunos com dificuldades em conteúdos de anos anteriores, despertou em mim a curiosidade e a necessidade de buscar o fundamento lógico dos conceitos em outros anos de ensino. Assim, fiz o movimento de chegar ao 4º ano e, agora, após adquirir uma visão de totalidade, mesmo na incompletude da formação que cada ano de ensino requer, iniciei o movimento de retorno aos anos finais.

Em observação à Resolução de 2018 e às necessidades impostas pela natureza do processo com alunos do ensino regular do 4º a 9º ano, a Eseba demanda do professor de Matemática, segundo a organização da área formada por esses profissionais, o atendimento semanal aos alunos que necessitam de outra oportunidade para além do que foi ofertado na semana ou àqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos. Popularmente, esse tempo ficou conhecido como horário de “plantão”.

Para além do plantão, o professor, ao final de cada trimestre, deve se comprometer com o processo de recuperação<sup>12</sup> dos alunos que apresentaram rendimento inferior a 60% do

<sup>12</sup> Na Eseba, a recuperação depende do número de aulas da disciplina específica. No caso da Matemática, que tem seis aulas semanais no 4º ano e cinco aulas semanais nos demais anos de ensino, a recuperação é organizada em três dias da semana de recuperação, de modo a corresponder ao número de aulas semanais do ano de ensino. Nos dois primeiros dias, procura-se fazer um trabalho para auxiliar o aluno no processo de apropriação dos conceitos estudados no trimestre e, no terceiro dia, destinam-se duas horas-aula para a avaliação escrita. Caso a nota obtida

esperado para o trimestre. Houve um período em que a Eseba adotou o sistema de Dependência. Essas aulas eram destinadas a alunos que progrediram para o ano de ensino seguinte, sem atingir a média determinada para o ano de ensino, que garante a aprovação do ano letivo sem pendências em disciplinas. Essa prática não é mais aplicada. Atualmente, os alunos que não alcançam 60,0 pontos no ano letivo têm sua aprovação ou reprovação definida pelo Conselho de Docentes, que se reúne ao final de cada recuperação para deliberar sobre cada caso.

Outra medida adotada pela Eseba, no sentido de assegurar o cumprimento do seu Projeto Político Pedagógico (PPP<sup>13</sup>), e que também faz parte das atribuições do professor, é o horário de atendimento aos familiares e responsáveis pelos alunos. Nesses momentos reservados pela escola, o professor e familiares ou responsáveis têm a oportunidade de partilhar informações e alinhar ações em prol do desenvolvimento acadêmico do aluno e de seu bem-estar. Nos últimos anos, esse atendimento vem sendo realizado mensalmente. Em anos anteriores, esses atendimentos eram semanais ou quinzenais. De qualquer modo, os professores ficam disponíveis um turno para receber os familiares e/ou responsáveis que foram convocados pelo professor ou que, por iniciativa própria, queiram procurá-lo para conversar sobre a situação escolar do aluno pelo qual são responsáveis.

As quatro atividades supracitadas (plantão, recuperação, atendimento aos pais ou responsáveis e participação como membro do Conselho) foram desenvolvidas por mim, de 2010 a 2025, com uma pausa no período de 07/12/2020 a 07/12/2022, quando fiquei afastado integralmente das minhas atividades para qualificação em nível de doutorado.

Ainda no movimento de apresentar a Eseba, na condição de Colégio de Aplicação, é importante informar que a escola se organiza por áreas de conhecimento ou atuação. Por exemplo, na Área de Matemática, nove professores se reúnem em uma sala reservada exclusivamente para essa área de conhecimento. Esse formato, a depender das decisões coletivas que a escola toma, tende a favorecer a elaboração e a execução de um currículo a partir de estudos, parcerias em projetos de ensino, pesquisa ou extensão, sistematização de conhecimentos produzidos e socialização de saberes provenientes das experiências dos pares.

Contudo, a área não se fecha em si mesma. A escola proporciona, com maior ou menor ênfase, a depender da gestão e do coletivo, reuniões denominadas “Reuniões de Diálogo” entre

---

seja superior à nota obtida pela soma das notas das duas avaliações trimestrais (que, juntas, totalizam 60% da nota do trimestre), a nota final do aluno é elevada.

<sup>13</sup> O PPP e o Regimento Interno da Eseba podem ser consultados no site, disponível em: <https://www.eseba.ufu.br/ppp-e-regimento-interno>. Acesso em: 07 fev. 2026.

os professores de diferentes áreas e, também, as Reuniões de Ciclo (2º ciclo: 4º e 5º ano; 3º ciclo: 6º e 7º ano; 4º ciclo: 8º e 9º ano). Nessas reuniões, tomando a aprendizagem dos alunos como referência, os professores apresentam suas dificuldades, buscam soluções coletivas para os problemas, apresentam e organizam projetos de natureza interdisciplinar, envolvendo o coletivo, e estabelecem parcerias em projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados no CAp/UFU ou fora dele.

Antes de apresentar como a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão contribuiu para a minha formação profissional e pessoal e também serviu como minha contribuição no processo educacional, é importante expor que todo professor da ESEBA necessita se envolver em trabalhos nas mais variadas comissões existentes nessa instituição. No Quadro 5, apresento as comissões para as quais contribuí de 2010 até o momento.

Quadro 5 - Participações em comissões internas no CAp/UFU

<b>Comissões internas no CAp/UFU</b>	
<b>Função/Nome da comissão</b>	<b>Ano/Período</b>
Membro efetivo do Conselho Pedagógico e Administrativo da ESEBA/UFU (CPA).	2010 a 2016
Participou do Conselho Pedagógico e Administrativo como coordenador pedagógico da Área de Matemática.	2019 e 2026
Membro do Conselho de Avaliação Discente.	2010 a 2020* e 2023 a 2025
Membro da Comissão Eleitoral.	2011
Membro da Comissão de Recreio Orientado.	2012 e 2013
Membro da Comissão Julgadora do Processo Seletivo Simplificado da área de Matemática.	2012 e 2015
Membro da Comissão que coordenou o processo de inscrição e seleção de candidatos ao ingresso na ESEBA/UFU.	2012, 2013 e 2018.
Membro da Comissão Colegiada do Núcleo de Pesquisa sobre Práticas Escolares (NUPEPE).	2012 a 2016.
Membro da Comissão Especial de Avaliação do Processo de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).	2014 e 2016 com 2 e 1 avaliação, respectivamente.
Participou na Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da ESEBA/UFU.	2010 a 2012.
Membro da Comissão do PPP da ESEBA.	2025
Membro da Comissão Organizadora da atividade de extensão Cinema com Matemática (CineMat).	2018, 2019, 2023, 2024 e 2025
Membro da Comissão de Avaliação de Desempenho para Progressão, Promoção e Estágio Probatório.	2016, 2017, 2018, 2019 e 2025 com 1, 2, 1, 2 e 4 avaliações, respectivamente.
Coordenador da Comissão Colegiada do Grupo de Estudo e Pesquisa para o Ensino e a Aprendizagem em Educação Matemática – GEPEAEM.	2016, 2025 e 2026
Coordenador da Comissão Colegiada do Grupo de Pesquisa e Trabalho com Teorias Críticas em Educação Matemática – GPTCEM.	2017
Membro da Equipe de Planejamento da Unidade para Viabilização da implantação do Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC	2019
Membro da Comissão Organizadora da Formação Contínua de Professores que Ensinam Matemática nos Anos Iniciais promovido na ESEBA.	2020
Membro da Comissão de Elaboração da Proposta Curricular do Ensino de Matemática da ESEBA/UFU.	2019, 2023, 2024, 2025 e 2026

Quadro 5 - Participações em comissões internas no CAp/UFU (Conclusão)

<b>Comissões internas no CAp/UFU</b>	
<b>Função/Nome da comissão</b>	<b>Ano/Período</b>
Membro da Comissão de Perfil Socioeconômico para análise da documentação comprobatória da condição socioeconômica para a condução do processo de homologação das vagas dos candidatos sorteados.	2023, 2024, 2025 e 2026
Coordenador da Área de Matemática.	2019 e 2026

\* Nos anos de 2021 e 2022 fiquei afastado integralmente das atividades para qualificação em nível de doutorado na área de Educação em Ciências e Matemática na UFU.

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as comissões apresentadas, destaco que os estudos e as ações realizadas pelos professores de Matemática no GEPEAEM possibilitaram um movimento de reformulação da Proposta Curricular de Ensino de Matemática no CAp/UFU. Este trabalho, atualmente, encontra-se na fase de sistematização de como os conceitos matemáticos podem ou vêm sendo trabalhados. O envolvimento dos professores da área de Matemática com esse grupo é importante para possibilitar o avanço da prática pedagógica comprometida com os pressupostos de pedagogias, teorias educacionais e metodologias voltadas ao desenvolvimento humano. Além disso, contribui para preservar o trabalho consolidado por professores experientes que passaram pelo CAp/UFU, bem como para dar suporte aos novos professores que vierem a compor o quadro de professores da área de Matemática. Nos últimos quatro anos, por exemplo, tivemos a troca de cinco professores na área, decorrente de aposentadorias.

Diante do esforço e da dedicação que esse trabalho de reformulação curricular exige, bem como das dificuldades de organização da área para ações mais amplas no GEPEAEM, criou-se uma comissão para a elaboração da proposta curricular do CAp/UFU. Neste ano de 2026, esperamos avançar significativamente nesse processo de consolidação e iniciar a divulgação do trabalho.

No CAp/UFU, tudo o que envolve o âmbito pedagógico e administrativo é pautado e discutido em cada área de conhecimento. Toda ação ou decisão envolve o coletivo e precisa ser pautada e aprovada no Conselho Pedagógico e Administrativo<sup>14</sup> (CPA) da Unidade. No início, de 2010 até 2016, o CPA do CAp/UFU envolvia todo o corpo docente e administrativo, além de ser aberto à participação da comunidade escolar. Contudo, em razão de altas demandas de caráter urgente e da busca por maior praticidade e eficiência, o formato foi alterado, e cada

<sup>14</sup> De acordo com o Art. 16 do Adendo ao Regimento Interno da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, “o Conselho da Eseba/UFU é o órgão máximo de função normativa, deliberativa, consultiva e de planejamento da Eseba/UFU” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019).

segmento da comunidade escolar (docentes, discentes, técnicos e familiares) passou a contar com um representante. No caso da área de Matemática, o representante no Conselho, com direito a voz e voto, é o coordenador de área daquele ano. Em virtude de a área de Matemática adotar a prática de rodízio, para que todos possam vivenciar a experiência da gestão, após o modelo de representatividade, assumi a coordenação de área e, conseqüentemente, um assento no Conselho da Unidade por duas vezes: em 2020 e em 2026. Mais do que citar, uma a uma, as 28 competências do conselho (Universidade Federal de Uberlândia, 2019), restrinjo-me a destacar que o conselheiro é representante de sua área de conhecimento, o que implica respeitar a decisão coletiva, para além de suas convicções individuais. Da mesma forma, espera-se que as decisões de cada área privilegiem os interesses pedagógicos, em favor do desenvolvimento humano, acima dos interesses corporativos ou individuais.

Para além da coordenação e da representação da área no CPA, o CAP/UFU e a área de Matemática buscam, entre seus professores, representantes para compor comissões permanentes e temporárias que se fizerem necessárias<sup>15</sup>. É norma que todo docente participe de comissões. Por vezes, é preciso assumir outras comissões para além daquelas nas quais o docente se voluntariou a participar desde o início do ano letivo ou das quais já é membro há algum tempo. Isso explica a participação em comissões variadas ao longo da carreira.

Atualmente, tenho me dedicado à Comissão de Perfil Socioeconômico (PSE), responsável pela análise da documentação comprobatória da condição socioeconômica para a condução do processo de homologação das vagas dos candidatos sorteados. Essa escolha não é aleatória, pois é função dessa comissão garantir que as vagas reservadas por perfil socioeconômico sejam efetivamente ocupadas por candidatos(as) cuja renda média mensal familiar bruta per capita seja igual ou inferior a um salário-mínimo.

Pela quantidade e variedade de participações em comissões, observa-se que as demandas atribuídas ao professor são numerosas. Entre essas demandas, também se destacam: a coordenação das atividades desenvolvidas por ocasião do Estágio Supervisionado (Quadro 6); a elaboração de itens para avaliações de larga-escala para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)<sup>16</sup>; os projetos de ensino e extensão realizados pela área de

---

<sup>15</sup> De acordo com a planilha de comissões para 2026, o CAP/UFU dispõe de 58 comissões e/ou instâncias que necessitam de representação de seus profissionais.

<sup>16</sup> Em 2011, fui membro da Equipe de Elaboração de Itens do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. A Equipe de Elaboração de Itens do CAEd/UFJF é responsável por criar, revisar e validar questões (itens) para avaliações educacionais de larga escala.

Matemática no CAp/UFU – OBMEP<sup>17</sup> e CineMat (Quadro 7); a produção de aulas para o Portal do Professor (Quadro 8); a colaboração com revistas especializadas, eventos e órgãos de fomento (Quadro 9); o desenvolvimento de projetos de ensino (Quadros 10 e 11); a produção, apresentação e publicação de trabalhos em eventos acadêmicos, revistas especializadas, jornais e capítulos de livros (Quadro 12), além da tese de doutorado. Também se incluem a elaboração e coordenação de projetos de extensão e pesquisa, a orientação de alunos da graduação e da educação básica, com ou sem financiamentos (bolsas), a elaboração e aplicação de minicursos e palestras (Quadro 13) e a participação frequentes em eventos ou ações de formação.

Quadro 6 - Contribuição no âmbito do estágio supervisionado de alunos licenciandos do curso de Matemática

<b>Coordenação das atividades desenvolvidas por ocasião do Estágio Supervisionado por alunos de graduação.</b>	
<b>Ano (Quantidade de alunos)</b>	2011 (4); 2012 (2); 2013 (3); 2013/2014 (4); 2014 (2); 2015 (1); 2016 (1); 2017 (1); 2019 (2); 2023 (1); 2026 (1).
<b>Total de alunos</b>	21

Fonte: Elaboração própria.

Os alunos do curso de licenciatura em Matemática que realizam estágio na Eseba, sob a supervisão do professor da área, têm a oportunidade de acompanhá-lo no planejamento das aulas, percebendo a intencionalidade docente no processo de organização do ensino e no uso dos recursos metodológicos, articulados a uma fundamentação teórica.

Essa dimensão da docência acontece nos momentos que antecedem e que sucedem as aulas; participam do planejamento, da elaboração de exercícios e de atividades avaliativas; auxiliam o professor em sala de aula, em contato direto com os alunos; são convidados a participar de projetos e atividades desenvolvidos pela área de Matemática – a exemplo do CineMat (Quadro 7) e da OBMEP –, além de outros promovidos pela escola; acompanham a gestão da sala de aula, no sentido de prevenir problemas e de como tratá-los quando surgem, junto ao aluno, à gestão escolar e à família ou ao responsável; a depender do estagiário ou do estágio que esteja cursando, também têm a oportunidade de planejar e ministrar aulas, experienciando a docência ao ensinar um conceito, considerando as diferentes fases que envolvem esse trabalho.

<sup>17</sup> Nos anos de 2012 a 2019 e de 2023 a 2025, contribuí com a área de Matemática no processo de elaboração de listas para os encontros em formato de oficinas, na discussão com os professores sobre os diferentes modos de resolução das questões, ministrei oficinas e representei a área em eventos de premiação. Destaca-se que, ano a ano, o trabalho da área de Matemática do CAp/UFU vem sendo reconhecido, com alunos que se destacam ao receber premiações como certificados de menção honrosa e medalhas de bronze, prata e ouro, além da oportunidade de participação no Programa de Iniciação Científica Júnior (PIC).

Dos 21 estagiários com os quais pude contribuir na formação até o momento, quatro aproveitaram a oportunidade para registrar sua prática, na forma de relato de experiência, com apresentação e publicação em eventos acadêmicos. Nesse sentido, a supervisão de estágio supervisionado no CAp/UFU, além de proporcionar a imersão na docência, também possibilita ao futuro professor o contato inicial com a escrita acadêmica, bem como o incentivo e a oportunidade de ampliar sua formação por meio da participação em eventos locais, regionais e nacionais.

Dos quatro que produziram trabalhos, uma estagiária apresentou uma prática sobre o jogo Matix em evento realizado em Ouro Preto-MG; outra apresentou atividade envolvendo o conceito de divisão em representações circulares, em evento realizado em Uberlândia-MG; outro apresentou os processos lógicos no ensino e na aprendizagem da divisão de números decimais por meio do algoritmo, em São Paulo-SP; e outro apresentou sua prática articulando o ensino de função ao jogo Torre de Hanói, por meio da aula investigativa, na cidade de Cuiabá-MT.

Para uma melhor compreensão das contribuições da área de Matemática na formação do estagiário e das minhas contribuições para essa área, apresento, a partir do Quadro 7, o projeto do CineMat.

Quadro 7 – Filmes trabalhados nos cinco anos de Cinema com Matemática (CineMat), no CAp/UFU

<b>Edição –Ano</b>	<b>Filme</b>
1ª – 2018	Estrelas Além do Tempo
2ª –2019	O Homem que mudou o jogo
3ª –2023	Um Laço de Amor
4ª –2024	O Menino que Descobriu o Vento
5ª –2025	Homem-Aranha no aranhaverso

Fonte: Elaboração própria.

“O objetivo do CineMat é, a partir da exibição de um longa-metragem, refletir sobre o desenvolvimento e a importância do processo escolar e dos conhecimentos científicos, em especial os de Matemática, abordados juntamente com a trama<sup>18</sup>” (Universidade Federal de Uberlândia, 2025). A exibição do filme é seguida pelas considerações de cada componente da mesa e por um debate envolvendo os convidados, servidores, alunos e familiares, entre outros participantes.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://eseba.ufu.br/acontece/2025-05-v-cinemat-cinema-com-matematica>. Acessado em: 11/02/2026.

Nas cinco edições realizadas até o momento, das quais tive a oportunidade de participar, a área de Matemática, que sempre conta com o envolvimento de todos os seus professores na organização e execução, contribuiu para a formação da comunidade ao possibilitar a discussão de temas importantes, não só relacionados à Matemática e à ciência, mas, também a gênero e raça (racismo e machismo na ciência e na sociedade); família; escola; adolescência; inclusão; educação e altas habilidades; OBMEP; conhecimento científico e desigualdade social, política e econômica; identidade; luto; valores, entre outros.

Em se tratando de contribuições em escala mais ampla, a área de Matemática também se empenhou na proposta do MEC de elaborar e disponibilizar aulas no Portal do Professor<sup>19</sup>. Entre as produções listadas no Quadro 8, apresento aquelas em que atuei no processo de elaboração.

Quadro 8 - Aulas publicadas no Portal do Professor (plataforma online do MEC)

Descrição das aulas	
<i>A</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Marilane Ribeiro de Oliveira, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Critérios de divisibilidade: identificando padrões numéricos e estabelecendo relações. Publicada em: 21/05/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49204">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49204</a> .
<i>B</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Calculando o número de termos de uma sequência de números inteiros: palavras são detalhes que fazem a diferença. Publicada em: 21/05/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49198">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49198</a> .
<i>C</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Helen Otoni Vieira Batista, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Números decimais no contexto da tributação brasileira - Parte I. Publicada em: 24/05/2013. Acesso em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49208">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49208</a> .
<i>D</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Helen Otoni Vieira Batista, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Números decimais no contexto da tributação brasileira - Parte II. Publicada em: 24/05/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49213">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49213</a> .
<i>E</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Anielle Glória Vaz Coelho, Fabiana Fiorezi de Marco, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Expressões numéricas: desenvolvendo habilidades de cálculos por meio do jogo MATIX. Publicada em: 18/06/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49907">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49907</a> .
<i>F</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Antomar Araújo Ferreira; Angela Cristina dos Santos. VAMOS AO SUPERMERCADO!!! – contextualizando as operações fundamentais envolvendo números decimais. Publicada em: 18/06/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49736">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49736</a> .
<i>G</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Helen Otoni Vieira Batista, Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. A construção do conceito de Esfera e Superfície Esférica a partir da arte de Sakir Gökcebag. Publicada em: 20/06/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49976">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49976</a> .
<i>H</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Ederson de Oliveira Passos, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Aquecimento global: culpado ou inocente? Fazendo interdisciplinaridade por meio do julgamento dos alunos. Publicada em: 20/06/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49979">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=49979</a> .

<sup>19</sup> “O Portal do Professor é um espaço para troca de experiências entre professores do ensino fundamental e médio. É um ambiente virtual com recursos educacionais que facilitam e dinamizam o trabalho dos professores.” Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/portal-do-professor>. Acesso em: 03 fev. 26.

Quadro 8 - Aulas publicadas no Portal do Professor (plataforma online do MEC) (Continuação)

Descrição das aulas	
<i>I</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. Isso é mágica? Não! É Matemática. – Descobrimo o pi e os números irracionais a partir da circunferência - Parte I. Publicada em: 18/07/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50590">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50590</a> .
<i>J</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. Isso é mágica? Não! É Matemática. – Descobrimo o pi e os números irracionais a partir da circunferência - Parte II. Publicada em: 18/07/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50591">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50591</a> .
<i>K</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Marcia Aparecida Mendes, Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. A Porcentagem na Malha Quadrículada. Publicada em: 18/07/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50515">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50515</a> .
<i>L</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Éderson de Oliveira Passos, Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. Refletindo a reforma política por meio do conhecimento matemático. Publicada em: 21/07/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50664">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50664</a> .
<i>M</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Éderson de Oliveira Passos, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. A matemática das formas circulares no contexto da expansão urbana. Publicada em: 19/08/2013. Acesso em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51438">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51438</a> .
<i>N</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Helen Otoni Vieira Batista; Angela Cristina dos Santos e Antomar Araújo Ferreira. Frações e Formas na Salada de Frutas. Publicada em: 19/08/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50677">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=50677</a> .
<i>O</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Suely Aparecida Gomes Moreira. Gráficos e Tabelas: como construí-los e interpretá-los?. Publicada em: 20/08/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51430">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51430</a> .
<i>P</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Márcia Aparecida Mendes. Os Números e a Notação Científica. Publicada em: 20/08/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51442">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51442</a> .
<i>Q</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Éderson de Oliveira Passos, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Refletindo a pirâmide etária brasileira por meio da análise e discussão da sua representação gráfica – Parte 2. Publicada em: 19/09/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52232">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52232</a> .
<i>R</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Antomar Araújo Ferreira; Angela Cristina dos Santos. Números positivos e negativos: mobilizando e consolidando conhecimentos por meio de um varal. Publicada em: 19/09/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52201">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52201</a> .
<i>S</i>	MENEZES, L. D. D.; Márcia Aparecida Mendes; Angela Cristina dos Santos; Antomar Araújo Ferreira. <b>Multiplicação e Divisão por 10, 100, 1000 por meio de Situações-Problema</b> . Publicada em 20/09/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52123">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52123</a> .
<i>T</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Refletindo a pirâmide etária brasileira por meio da análise e discussão da sua representação gráfica – Parte 1. Publicada em: 19/09/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52230">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52230</a> .
<i>U</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Éderson de Oliveira Passos, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Peso e massa são conceitos iguais? Publicada em: 13/10/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52999">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52999</a> .
<i>V</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Márcia Aparecida Mendes, Angela Cristiana dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. TANGRAM: uma ferramenta para compreender proporção. Publicada em: 16/10/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52928">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52928</a> .
<i>W</i>	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Éderson de Oliveira Passos, Leandro Eity Io, Antomar Araújo Ferreira, Angela Cristina dos Santos. Compreendendo a potenciação por meio da calculadora simples: explorando seqüências numéricas. Publicada em: 16/10/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52992">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52992</a> .

Quadro 8 - Aulas publicadas no Portal do Professor (plataforma online do MEC) (Conclusão)

Descrição das aulas	
X	Leonardo Donizette de Deus Menezes; Márcia Aparecida Mendes, Angela Cristina dos Santos, Antomar Araújo Ferreira. Uma sequência didática para a compreensão da soma dos ângulos internos e externos de um polígono. Publicada em: 20/10/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53219">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53219</a> .
Y	MENEZES, L. D. D.; Anielle Glória Vaz Coelho, Lara Martins Barbosa, Antomar Araújo Ferreira e Ângela Cristina dos Santos. <a href="#">EXPLORANDO A INTERSECÇÃO DOS GRÁFICOS DAS FUNÇÕES AFIM E QUADRÁTICA NO GEOGEBRA</a> . Publicada em 28/11/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53900">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53900</a> .
Z	MENEZES, L. D. D.; Anielle Glória Vaz Coelho, Lara Martins Barbosa, Antomar Araújo Ferreira e Ângela Cristina dos Santos. <a href="#">Explorando pontos, vértice e zeros da Função Quadrática no software GeoGebra</a> . Publicada em 28/11/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53898">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53898</a> .
A'	MENEZES, L. D. D.; Anielle Glória Vaz Coelho, Lara Martins Barbosa, Antomar Araújo Ferreira e Ângela Cristina dos Santos. <a href="#">COMPREENDENDO E EXPLORANDO A FUNÇÃO COMPOSTA NO SOFTWARE GEOGEBRA</a> . Publicada em 28/11/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53892">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53892</a> .
B'	MENEZES, L. D. D.; Anielle Glória Vaz Coelho, Lara Martins Barbosa, Antomar Araújo Ferreira e Ângela Cristina dos Santos. <a href="#">Explorando os coeficientes da Função Quadrática no software GeoGebra</a> . Publicada em 17/12/2013. Disponível em: <a href="https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53896">https://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=53896</a> .

Fonte: Elaboração própria.

As aulas foram mais uma oportunidade para, de forma coletiva, pensarmos e sistematizarmos sobre como vínhamos organizando e realizando o ensino. Foi um momento muito rico de produção, socialização e divulgação do conhecimento. Pela frequência com que as aulas foram acessadas no portal, avaliamos a pertinência e a relevância dos temas para os professores e a educação matemática. Acreditamos que as aulas cumpriram o seu propósito de trazer contribuições significativas no processo de formação e na prática dos professores, situados nas mais diversas unidades federativas do território brasileiro.

No âmbito da produção e divulgação do conhecimento, também assumimos o compromisso com a sociedade científica, avaliando e emitindo pareceres a trabalhos submetidos para publicação ou que envolvem a liberação de recursos financeiros.

Quadro 9 - Contribuições como parecerista *ad hoc* a revistas especializadas, eventos e órgãos de fomento

Parecer <i>ad hoc</i> prestado a revistas especializadas, eventos e órgãos de fomento		
Ano	Quantidade	Fonte
2012	3	Revista Olhares & Trilhas.
2013	1	PROGRAD/DIREN/III – Subprograma Aprimoramento Discente.
2014	1	PROGRAD/DIREN/III – Subprograma Aprimoramento Discente.
2015	6	1 na Revista Conexões em Educação; 1 na Revista Olhares & Trilhas e 4 no PROGRAD/DIREN/III – Subprograma Aprimoramento Discente.
2016	5	4 no PROGRAD/DIREN/III – Subprograma Aprimoramento Discente e 1 na Revista Olhares & Trilhas.
2021	1	Revista Olhares & Trilhas.
2022	1	Revista Olhares & Trilhas.

2024	4	3 na Revista Olhares & Trilhas e 1 no Encontro Goiano de Educação Matemática.
------	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, até aqui, foi nesse processo de trabalho intenso, diverso e rico que busquei maior compreensão do sistema educacional e tenho procurado avançar na superação de práticas de ensino pautadas na pedagogia tradicional e tecnicista. É importante deixar claro que a busca pela unidade entre teoria e prática aconteceu em meio a uma série de outras atividades no âmbito da gestão, da pesquisa e da extensão, conforme exposto na forma de quadros ao longo deste memorial.

Entendo que a apresentação de todas as atividades desenvolvidas cumpre uma dupla função: por um lado, contribui para elucidar, ainda que parcialmente, a natureza do trabalho docente em um Colégio de Aplicação, ao explicitar de forma mais objetiva minha experiência e minhas contribuições na Eseba; por outro, auxilia na organização da escrita da próxima etapa deste memorial.

Apesar de importante, o consolidado das atividades desenvolvidas – dados quantitativos – não é revelador da essência do meu trabalho como professor no CAp/UFU, nem de como essa nova etapa impactou minha vida pessoal. Nesse sentido, permito-me mais uma vez, realizar um recuo no tempo, de modo a apresentar como tenho ressignificado a docência no CAp/UFU, articulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

### **3.2.2 A realização de mais um sonho e a (re)significação da docência na articulação entre o ensino de Matemática, a gestão, a pesquisa e a extensão**

Recordando o tempo em que estou no CAp/UFU, sete meses após a posse, no dia 03/03/2011, concluí o curso de mestrado em Educação, entregando a dissertação intitulada “Tecnologia no ensino de astronomia na educação básica: análise do uso de recursos computacionais na ação docente”, a qual se encontra disponível no Repositório Institucional da UFU<sup>20</sup>.

Nesse momento, antes de aprofundar o assunto, preciso registrar mais um momento sublime em minha vida: o de ser pai pela segunda vez. Diante da conquista em ser professor na esfera federal e da conclusão do mestrado, chegava a hora de realizar mais um sonho. No dia

<sup>20</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13856>. Acesso em: 03 fev. 26.

23/06/2012, fomos presenteados com o nascimento do Gabriel. Com a vida estruturada e cada vez mais realizado, pude dar continuidade ao meu trabalho e ao compromisso que assumi com a UFU e com a sociedade. Aqui, é preciso registrar e agradecer o apoio de minha sogra e de meu sogro no cuidado dos dois filhos. A segurança que sentíamos com o cuidado dos avós foi essencial para a realização de nossa vida profissional e pessoal.

Pela dissertação, é possível evidenciar parte de uma preocupação que considero coerente com minha história profissional e pessoal: entender como a educação escolar pode contribuir, de forma mais efetiva, para a transformação da realidade de alunos e professores da educação básica em escolas públicas no Brasil.

É comum no meio educacional, escutar, de forma enfática, por parte dos denominados especialistas, que o professor deve ensinar bem os conteúdos do currículo; conhecer a realidade do aluno, buscar metodologias diversificadas para chamar-lhe a atenção e despertar-lhe o interesse pela aprendizagem. Sem discordar da importância dessas dimensões, mas também sem me contentar com o esvaziamento desse discurso, por desconsiderar a realidade e as urgentes necessidades e interesses de sujeitos concretos, passei a percorrer um caminho que me levasse a respostas mais concretas para essa realidade problemática. Afinal, quem são e em que condições humanas se encontram aqueles que se propõem a ensinar e aqueles que estão para aprender no espaço escolar? Que função a escola tem desempenhado e qual tem sido sua contribuição no combate às diferentes formas de violência que a classe trabalhadora vem sofrendo? A educação escolar pública vem considerando as diferentes necessidades e interesses da classe trabalhadora? Já alcançamos uma organização do ensino que possibilita às atividades docente e discente potencializar, de forma substantiva, o processo de desenvolvimento da humanidade de professores e alunos?

Sem desconsiderar a complexidade dessas questões, neste memorial pretendo evidenciar minha trajetória e o esforço que tenho empreendido na busca de respostas ao problema que mencionei e que considero fulcral à educação escolar. Mas quais são as ações que tenho desenvolvido?

No período de adaptação no CAp/UFU, continuei a pesquisa no mestrado. Preocupeime em analisar os fatores que influenciam o uso de recursos computacionais por um grupo de professores da educação básica ao ensinar Astronomia. Diante de possibilidades reais de uso desses recursos no processo de ensino de conceitos científicos, qual era a realidade que se apresentava aos professores?

Naquela época, havia, por parte do Estado, uma pressão para que os professores utilizassem recursos computacionais.

Conforme informamos na dissertação,

Em Minas Gerais, para cumprir prescrições do art. 35 da LDBEN atribuídas ao Ensino Médio – em particular, a preparação do aluno para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para que ele continue seu aprendizado –, o governo criou o projeto Formação Inicial para o Trabalho (FIT), que – informa a Secretaria de Estado da Educação (SEE) – possibilita incluir, no histórico escolar do ensino médio, cursos da área de informática. Conforme o ofício circular SEM/SB/SEE 36/2008, o Programa Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio (Promédio) contratou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para cumprir a meta de formar, no primeiro semestre de 2008, nove mil educadores das escolas de ensino médio em nove cursos na área de informática criados pela SEE – todos com duração de 40 a 80 horas. A intenção era que os professores repassassem os cursos aos alunos, buscando lhes dar “[...] a dimensão de como o computador influencia hoje o nosso modo de vida e os meios de produção, ampliando o seu horizonte de conhecimentos e facilitando a escolha de uma profissão (MINAS GERAIS, 2009). Segundo orientações repassadas aos diretores escolares sobre a oferta e formação das turmas para os alunos, os cursos de formação inicial para o trabalho visavam motivar os participantes a se aproximar das tecnologias e, assim, transformar os recursos de informática em instrumentos de produção e integração entre gestores, professores, alunos e demais servidores (Menezes, 2011, p. 38-39).

Pelo exemplo apresentado, observamos que essa ação do Estado, assim como outras, não valoriza a docência e nem a formação humana dos alunos. Buscar promover a aproximação dos professores e alunos com os recursos computacionais, desvinculados da compreensão dos processos lógicos e históricos dos conceitos de sua disciplina, é limitar a atividade docente. Colocar o professor no papel de técnico de informática não contribui para o processo de compreensão e apropriação do conhecimento teórico – conceitos científicos e filosóficos –, nem para a compreensão de sua importância no desenvolvimento das capacidades psíquicas humanas e, muito menos, para colocar os escolares na condição de agentes de criação, portanto críticos e transformadores da realidade social que lhes é injusta.

Retomando a pesquisa do mestrado, com o objetivo de compreender a realidade de onde vim e aquela em que os professores da educação básica de escolas públicas se encontravam, diante da possibilidade de utilizar recursos para ensinar conteúdos (conceitos) de sua disciplina, em 2009 foi organizado e desenvolvido um curso de formação continuada, para que os professores cursistas tivessem acesso ao conhecimento teórico aliado aos recursos pedagógicos, com ênfase nos recursos computacionais disponíveis para o ensino no campo da Astronomia.

Na oportunidade, delineamos o perfil social e profissional dos participantes, suas condições de trabalho e suas relações com o ensino de Astronomia e com os recursos

computacionais. Por meio de questionários e registros das atividades planejadas e realizadas pelos professores participantes, tanto no curso quanto em suas respectivas escolas, identificamos e descrevemos cinco aspectos que se inter-relacionam e influenciam o uso de recursos computacionais, a saber: infraestrutura; organização do espaço escolar; formação profissional dos professores (no conteúdo específico e no uso de recursos computacionais no trabalho docente); condições de trabalho do professor; e interesse e dedicação de docentes e discentes ao trabalho pedagógico com o campo do conhecimento com uso de recursos computacionais.

Como não é a intenção alongar-nos no assunto, julgamos suficiente destacar que:

Entre os problemas variados para realizar as atividades de astronomia com auxílio de recursos computacionais e as possibilidades aventadas, reconhecemos a necessidade de melhorar as condições de vida, de formação e trabalho do professor para que tenha condições de investir em seu trabalho com tais tecnologias (Menezes, 2011, p. 8).

Ficou claro que o rumo que o Estado tem tomado com os seus programas, muitas vezes de caráter partidário e não de política pública estruturante, não responde às necessidades reais de professores e estudantes da classe trabalhadora. Inconformado com o descaso político em relação à educação escolar e a outros problemas e interesses da classe trabalhadora, comecei a investir na articulação de um ensino no CAP/UFU, respaldado por um campo teórico – a Pedagogia Histórico-Crítica e a Teoria Histórico-Cultural – que me permitiu avançar na compreensão de um problema que não apenas me incomodava, mas que também me impactou diretamente na trajetória escolar, tanto como aluno quanto como professor, antes do CAP/UFU, e que não se restringe ao meu caso, em particular.

Por uma década (2000 a 2009), exercendo a atividade docente nas redes estadual e municipal de ensino, como professor de Matemática e de Ciências, avalio que fui um bom professor. Dentro de uma realidade cada vez mais caótica, em função da elevação do nível de precarização do trabalho docente; das pressões políticas por resultados meramente satisfatórios – como a aceleração de alunos, promovendo-os a anos de ensino posteriores sem a devida fundamentação conceitual; a aprovação de alunos que não se apropriaram dos conceitos básicos previstos para o ano de ensino (aprovação automática); a burocratização crescente, que consome tempo do professor, afastando-o das condições de se formar, refletir sobre a educação e organizar melhor a sua atividade de ensino; o distanciamento entre escola e família; a elevação dos índices de violência na comunidade, com destaque para aqueles relacionados às drogas lícitas e ilícitas; o despreparo da gestão e a falta de apoio ao corpo docente para lidar com essa

realidade, entre outros fatores –, conseguia envolver os alunos e trabalhar parte dos conteúdos do currículo; tinha a empatia e o respeito dos alunos; cumpria as minhas obrigações sem atrasos e mantinha bom relacionamento com os pares.

Contudo, a experiência de ser professor no CAP/UFU, ao compartilhar saberes com Angela, Antomar, Éderson, Máisa, Mariana, Silene e Valmir, com quem tive a oportunidade de trabalhar de modo mais próximo e por mais tempo, levou-me a perceber que minha formação, assim como a minha contribuição para o processo de desenvolvimento humano dos alunos, era frágil.

Apesar de possuir uma qualidade importante do ser professor – o modo de ensinar –, este, ainda que mais “divertido” ou “envolvente”, acabava por reproduzir o modelo tradicional de educação. Eu apresentava os conteúdos sem considerar os nexos centrais dos conceitos, passíveis de apreensão quando se consideram os aspectos lógicos e históricos de seu processo de criação e desenvolvimento, a partir das necessidades humanas.

Além disso, não os compreendia como instrumentos não apenas para a elevação dos níveis de sensação, percepção, linguagem, memória, comunicação, pensamento, raciocínio, emoção e sentimento no processo de sua apropriação, mas, sobretudo, como instrumentos para aprender a identificar contradições na vida social e a agir de forma intencional e coletiva em busca de sua superação.

Dito de outra forma, meu conhecimento era alicerçado nas pedagogias tradicional e tecnicista e tinha, no livro didático, o principal meio de apresentar, aprofundar e consolidar os conteúdos. Tratava-se de uma visão estreita de currículo escolar e de formação humana.

### *3.2.2.1 Os Projetos de Ensino como meio para a minha formação e a importância para o desenvolvimento de uma proposta metodológica em favor da classe trabalhadora*

Nesse processo de ressignificação da profissão docente no CAP/UFU, minha primeira aproximação ocorreu com as leituras da Pedagogia Histórico-Crítica (2008), que tem o professor Demerval Saviani como seu proponente. A princípio, encontrei elementos filosóficos que me permitiram avançar na superação de uma formação restrita aos objetos de conhecimento (conteúdos) do currículo da área de Matemática, ainda que, no CAP/UFU, o trabalho com os conteúdos matemáticos já viesse ganhando novos contornos – caracterizados pela elevação do nível de consciência acerca da sequência e dos processos lógicos dos conceitos que os

envolvem, bem como pelo uso de metodologias que auxiliam na compreensão dos nexos conceituais.

Para aprofundar minha compreensão sobre o ensino de matemática e a educação escolar, articulada à função social do professor da rede pública federal, comecei a elaborar, coordenar e orientar projetos de ensino, trabalhando com alunos da graduação. Esses projetos, extremamente importantes para a minha trajetória profissional e pessoal, contribuíram para que eu e futuros professores iniciássemos o processo de conhecer e de nos apropriarmos de teorias comprometidas com o desenvolvimento humano. Essa necessidade levou-me também a buscar aproximação com a Teoria Histórico-Cultural ou, dito de outra forma, com a Psicologia Histórico-Cultural. Diante da diversidade de abordagens que compõem essa teoria educacional, busquei fundamentos psicológicos e filosóficos que me permitissem compreender e articular o ensino ao desenvolvimento das capacidades psíquicas humanas, na perspectiva de enfrentar a realidade contraditória vivida pelos escolares.

Como parte desse processo de busca e compreensão, em 2014 procurei parceria com a área de Psicologia e integrei-me ao projeto Oficinas Psicoeducacionais. Nesse projeto, a professora e psicóloga Cláudia Silva de Souza e eu, tínhamos o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores (FPS) dos alunos, tais como atenção, memória, concentração, imaginação, emoção e raciocínio lógico. Entendemos que essas funções não apenas subsidiam todo o processo de ensino-aprendizagem, mas, ao mesmo tempo, são desenvolvidas nesse processo. Assim, por meio de exercícios que mobilizavam conceitos matemáticos, tendo como fio condutor a temática do consumismo na sociedade contemporânea, trabalhamos com alunos do III ciclo que apresentavam necessidades de desenvolvimento em relação aos conceitos matemáticos básicos, bem como dificuldades na leitura, na escrita e na interpretação de textos e enunciados.

Ainda em 2014, é importante registrar que, ao colaborar como participante da pesquisa de mestrado realizada pela professora Maísa, tive amplo acesso a textos de referenciais clássicos da Teoria Histórico-Cultural (THC). As leituras e as nossas conversas possibilitaram-me aproximar a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) da THC. Foi também nesse processo de colaboração com a pesquisa de pares que tivemos a oportunidade de organizar, pela primeira vez, de forma intencional, o currículo do ano de ensino e o ensino de conteúdos matemáticos, considerando princípios da THC.

Retomando sobre o meu contato com a literatura, como descreverei mais adiante, sentia falta, nas leituras que fazia, de um caminho que possibilitasse aos estudantes avançar para além

dos limites de uma educação centrada no campo psíquico, ou seja, voltada apenas para o processo de apropriação de conceitos teóricos, desvinculados da ação direta sobre a realidade social. Cada vez mais, convenço-me de que a escola necessita se constituir não apenas como o espaço privilegiado para a apropriação do conhecimento teórico historicamente produzido, mas também como o lugar em que os escolares (professores, técnicos, estudantes e familiares) desenvolvam sua intelectualidade e sua personalidade no processo de conhecer e transformar a realidade. Contudo, deixarei para aprofundar essa tese ao relatar o período do doutorado.

Nos quadros 10 e 11, trago o cenário com a descrição dos projetos de Ensino elaborados e desenvolvidos, antes do doutorado.

Quadro 10 - Projetos de Ensino desenvolvidos no CAP/UFU, com a quantidade de alunos da graduação envolvidos

<b>Elaboração, coordenação e orientação de projetos de Ensino</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de participantes</b>	<b>Público</b>	<b>Vínculo</b>
<b>2012/2013</b>	2	Alunos	Bolsistas
<b>2013/2014</b>	2	Alunos	Bolsistas
<b>2015/2016</b>	2	Alunos	1 com bolsa e outro sem bolsa
<b>2016/2017</b>	2	Alunos	Bolsistas
<b>2017/2018</b>	1	Aluno	Bolsista
<b>2018/2019</b>	1	Aluno	Bolsista

Fonte: Elaboração própria.

De 2012 (quando iniciei os projetos) a 2020 (ano que iniciei o curso de doutorado), elaborei, coordenei e orientei seis projetos de ensino, desenvolvendo-os com dez alunos, sendo nove deles na condição de bolsistas. Valendo-me do princípio marxiano de que nos constituímos humanos na relação que estabelecemos com o meio externo e com os outros, esses projetos trouxeram importantes contribuições para a minha formação pessoal e profissional, bem como para a formação de alunos da educação básica e da graduação.

Como forma de deixar mais evidente esse percurso, farei a especificação dos nomes dos projetos, mas sem me deter na apresentação deles. Para este momento, considero suficiente afirmar que suas contribuições estão objetivadas na tese de doutorado, defendida em 2024, a qual apresentarei posteriormente.

Quadro 11 - Nomes dos projetos de ensino desenvolvidos no período de 2012 a 2019

<b>Período de realização</b>	<b>Nome do projeto</b>
01/03/2012 a 18/04/2013	Projeto nº 2011PBG000459 – “A matemática escolar em campo: (re)pensando e descobrindo instrumento de formação a partir da Resolução de Problemas”.
03/06/2013 a 31/03/2014	Projeto nº 2013PBG000736 – “Educação matemática escolar na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica: primeiros passos”
01/09/2015 a 30/06/2016	Projeto nº 2015PBG001067 – “A Teoria Histórico-Cultural e a perspectiva do professor pesquisador no ensino de Matemática na Educação Básica”.

Quadro 11 - Nomes dos projetos de ensino desenvolvidos no período de 2012 a 2019 (conclusão)

<b>Período de realização</b>	<b>Nome do projeto</b>
08/09/2016 a 30/06//2017	Projeto – “A formação inicial à luz da pesquisa-ação: (trans)formando realidades ao ensinar alunos da educação básica com dificuldades de aprendizagem em Matemática”.
01/09/2017 a 30/06/2018	Projeto – “A formação inicial do professor na perspectiva do professor pesquisador: (trans)formando realidades ao ensinar alunos da educação básica com dificuldades de aprendizagem em matemática”.
05/09/2018 a 30/06/2019	Projeto nº 645 – “Educação financeira no currículo de Matemática e a sua importância na formação do aluno da educação básica e do aluno de licenciatura”.

Fonte: Elaboração própria.

Com os projetos, busquei enriquecer a unidade entre teoria e prática e pude desenvolver os rudimentos de uma proposta metodológica para o ensino de Matemática e a educação escolar, com o olhar voltado às reais necessidades e aos interesses da classe trabalhadora. Essa proposta, mais tarde, foi sistematizada e objetivada na forma de tese de doutorado.

A Resolução de Problemas e a Educação Financeira, aplicadas sob os fundamentos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Teoria Histórico-Cultural, possibilitaram-me a experiência de, juntamente com os alunos da educação básica e da graduação, vivenciar novas formas de tratar o ensino e de me aproximar da problemática realidade social, cultural e econômica que nos aflige. Com um olhar mais voltado para o ensino articulado à pesquisa, alicerçado no Materialismo Histórico-Dialético, experienciamos as possibilidades de nos colocarmos como sujeitos de práxis.

Foram esses projetos, articulados ao ensino, que me levaram à necessidade de avançar no processo de compreensão da realidade da classe trabalhadora no Brasil e, conseqüentemente, da realidade dos alunos da escola pública, bem como da função social que a educação escolar necessita desempenhar. Como mencionei em linhas anteriores, mesmo nas produções humanistas, alicerçadas na base teórica marxista e que defendem uma organização do ensino comprometida com o desenvolvimento dos sujeitos, não consegui encontrar uma articulação entre teoria e prática que possibilitasse aos professores e alunos – entre outros sujeitos escolares – o desenvolvimento de uma atividade essencialmente criadora, ou seja, realizada por eles na condição de sujeitos críticos, capazes de identificar problemas reais – portanto, não limitados a questões ou problemas matemáticos – e de se colocarem em movimento na busca por sua superação. O que tenho buscado ao longo da carreira é: como desenvolver um ensino capaz de conceber professor e aluno como sujeitos de práxis?

Concebendo a práxis, na perspectiva do filósofo Sánchez Vázquez (2011), como um tipo especial de atividade em que o sujeito se humaniza ao transformar um objeto que lhe é externo, na literatura em que tive contato, conseguia perceber, no máximo, o professor como

esse sujeito criador, no sentido de produzir novas qualidades na realidade que lhe é externa. Contudo, para o aluno – ou estudante – concebido como aquele que se coloca em atividade de estudo, ou seja, que orienta sua atividade para a apropriação dos modos teóricos de ação com o objetivo de pensar teoricamente, o produto da atividade tende a se limitar à mudança psíquica, isto é, ao próprio sujeito, agente da atividade. Enfim, não conseguia perceber esse necessário e urgente processo de desenvolvimento mental atrelado a uma consciência de classe que impactasse a realidade social, cultural, política e econômica da classe trabalhadora, a partir da ação dos próprios escolares.

Pela minha leitura, na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, o professor, por meio de sua atividade de ensino (Moura, Araújo, Moretti, Panossian e Ribeiro, 2010; Moura, Araújo e Serrão, 2018), se esforça para que o aluno se coloque em atividade de estudo. O aluno, em função da organização do ensino pelo professor, sente-se motivado – ou não – a estudar e aprender, desenvolvendo assim, suas capacidades psíquicas humanas, em níveis cada vez mais elaborados e ampliando sua capacidade de pensamento teórico. Entretanto, seria possível uma atividade que colocasse professores e alunos com o mesmo objetivo e como agentes de criação, capazes de elevar o nível de suas Funções Psicológicas Superiores ao produzir novas qualidades na realidade em que estão inseridos, marcada por contradições e injustiças? Defendo, por meio da tese elaborada em meu processo de doutoramento, que sim. Este caminho denominei de Situação Social Contraditória (SSC).

Como anunciado em linhas anteriores, a SSC é uma proposta metodológica comprometida com os problemas reais e os interesses da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, o professor, juntamente com o aluno e outros sujeitos (escolares e não escolares), envolve-se no processo de conhecer e transformar os aspectos que se apresentam contraditórios ao desenvolvimento e à vida da classe trabalhadora, conforme o gênero humano<sup>21</sup> (Duarte, 2007) tem possibilitado. Essas situações contraditórias são identificáveis no campo das diferentes necessidades humanas básicas, como alimentação, saúde, moradia, educação, segurança, lazer, comunicação, locomoção e seguridade social. Tendo esses elementos como objeto da ação consciente, os agentes buscam, no conhecimento teórico (conceitos científicos e filosóficos), o instrumento para intervir na realidade que lhe é externa, em favor da vida humana. Assim, o conhecimento teórico constitui-se não apenas como fim, mas também como meio.

---

<sup>21</sup>Duarte (2007, p. 26) distingue espécie humana e gênero humano da seguinte forma: “Reservamos a categoria de espécie humana para caracterização dos elementos biológicos que diferenciam o homem dos demais seres vivos. Esses elementos são transmitidos a cada indivíduo humano por meio da herança genética. Já a categoria de gênero humano, reservamos para as características humanas formadas ao longo da história social e que não são transmissíveis pela herança genética”.

É evidente que não cabe aqui aprofundar essa questão. Por isso, limito-me a registrar que esse produto de anos de trabalho e dedicação encontra-se disponível à sociedade na forma de tese intitulada “Situação Social Contraditória como práxis educativa no processo de humanização: uma proposta metodológica para o ensino de Matemática e a Educação Escolar”<sup>22</sup>, defendida no dia 22 de março de 2024.

É importante registrar que, para além da proposta metodológica denominada Situação Social Contraditória (SSC), conforme trechos apresentados a seguir, a tese traz outras contribuições à área acadêmica, que considero significativas.

No Capítulo 2, considerando que devemos partir das condições reais de vida, procuramos caracterizar a realidade do trabalhador no Brasil. Recorremos, em especial, às produções de institutos que realizam pesquisas e estudos e divulgam estatísticas sobre temáticas importantes. A partir dos dados estatísticos e da literatura marxista, buscamos compreender a estrutura do mercado de trabalho brasileiro e o modo como este se relaciona e se condiciona à vida individual e familiar do trabalhador no Brasil. Ao delinear a condição real dos trabalhadores no país, sobretudo nas últimas duas décadas, tomando como referência o processo de elevado desenvolvimento do gênero humano e o projeto de emancipação dos trabalhadores e de seus filhos, buscamos aspectos a serem considerados no currículo e na proposta de Educação Matemática.

Assim, ao considerarmos a realidade concreta, abrimos o caminho para, no Capítulo 3, realizar uma análise de como a proposta de Educação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (Brasil, 2018) se apresenta diante das necessidades reais da classe trabalhadora. Utilizamos o conceito de práxis social como categoria de análise e investigamos se a BNCC considera, ou ao menos possibilita, a realização da práxis em favor da transformação da realidade social do trabalhador e de seus filhos, por meio da atividade pedagógica. Esse objetivo tornou imperativa a análise, nesse documento normativo, da abordagem dada à Educação Financeira (EF) e, conseqüentemente, sua vinculação com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), bem como sua concepção de problema, situações-problema e resolução de problemas. Essa análise foi apresentada no Capítulo 4, quando investigamos se a Resolução de Problemas (RP), como alternativa metodológica no Ensino de Matemática, e a EF, de forma inter-relacionada, requeriam para si uma intervenção direta sob a realidade.

Fazemos a observação de que, nesta tese, desde a introdução, nos colocamos na busca por elementos que permitissem contribuir para o processo de superação da contraditória,

---

<sup>22</sup>Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41966>. Acesso em: 31 jan. 26.

problemática e limitada realidade em que vivem os trabalhadores. Com o apoio de Marx e Engels, e de outros autores marxistas – a exemplo de Sánchez Vázquez, Kosik, Harvey, Antunes –, buscamos um arcabouço teórico-metodológico que nos ajudasse a compreender e superar as limitações da EF e da RP, apresentadas na BNCC. Dessa forma, nos capítulos 3 e 4, pudemos constatar os limites, os impactos e as possibilidades provenientes da BNCC na vida da classe trabalhadora.

Como síntese, no Capítulo 5, recorreremos novamente ao conceito de práxis, agora como método, para cumprir os seguintes objetivos: superar as limitações da proposta educacional oficial brasileira voltada à classe trabalhadora e fundamentar o que denominamos de Situação Social Contraditória (SSC), caracterizando-a como proposta metodológica que possibilita aos escolares vivenciarem uma Educação Escolar e, em particular, uma Educação Matemática em que se constituam como agentes de práxis. Tendo as relações humanas como objeto comum – matéria-prima –, nesse capítulo evidenciamos uma articulação possível entre a apropriação do conhecimento matemático e o processo de compreensão, denúncia e superação da realidade contraditória.

De posse desse produto educacional, e concebendo a AOE (Atividade Orientadora de Ensino) como uma proposta teórico-metodológica concreta, comprometida com “a formação e o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, da personalidade e da consciência” (Moura; Araújo; Serrão, 2018, p. 419), no Capítulo 6, avaliamos o lugar da práxis, em seu interior, a partir de seus fundamentos. Nosso objetivo foi contribuir para o seu processo histórico de desenvolvimento, direcionando-a para melhor atender às necessidades dos escolares, em especial dos que compõem a classe trabalhadora.

Os resultados da pesquisa permitem-nos defender a tese de que a SSC, como proposta metodológica para a Educação Escolar e o Ensino de Matemática alicerçados no conceito de práxis social, amplia as possibilidades de formação da AOE e de outras propostas educacionais com a classe trabalhadora ao: a) articular, como unidade, a assimilação de conhecimentos teóricos e ações práticas criadoras na realidade social; e b) propiciar que professores e estudantes realizem uma atividade mais comprometida com a apreensão, denúncia e transformação das contradições que caracterizam as relações sociais produzidas pela estrutura e dinâmica do capital.

Em síntese, a partir do que evidenciamos pela AOE, a SSC possibilita o avanço de propostas teórico-metodológicas comprometidas com o necessário e urgente projeto de superação do modo atual, para uma nova forma de sociabilidade humana.

### 3.2.2.2 As produções acadêmicas antes e depois da tese de doutorado

Se essa tese pode ser considerada um marco na minha carreira, não posso dar sequência a este memorial sem antes expor as produções e tecer algumas considerações, frutos da minha atividade profissional, antes e depois dela. Mais do que a quantidade de trabalhos produzidos, apresentados e publicados, convido o leitor a atentar para aquilo que lhes confere qualidade: sua diversidade; a expressão do que é realizado em sala de aula com os alunos da educação básica; as atividades desenvolvidas com os alunos da graduação (estagiários e bolsistas de projetos de ensino) no CAP/UFU; bem como as produções realizadas em colaboração com os pares da área de Matemática e de outras áreas do conhecimento, tanto no CAP/UFU quanto em outros espaços.

Quadro 12 - Trabalhos produzidos, apresentados e publicados em anais de eventos, periódicos, jornais e livros, após o ingresso no CAP/UFU, antes e depois da tese de doutorado

Período	Título	Fonte de publicação	Local
2011	Jovens estudantes, interdisciplinaridade e multiculturalismo: um estudo em uma escola no meio rural.	Revista: Interfaces da Educação, v. 2, p. 34/5-45	
13 a 16/06/2011	1) O Ambiente escolar noturno e seus significados para os jovens estudantes de uma escola no meio rural. 2) Recursos computacionais em escolas de educação básica da cidade de Uberlândia-MG: o cenário e sua relação com a formação de professores.	XI Seminário Nacional “O uno e o diverso na educação escolar”.	Uberlândia, MG
04 a 05/09/2012	1) Recursos Didático-Pedagógicos na educação matemática: o papel das diferentes técnicas educativas no processo de ensino. 2) Software Stellarium e suas contribuições ao Ensino de Astronomia à luz dos professores da educação básica.	I Encontro de Educação em Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU.	Uberlândia, MG
22 a 25/10/2012	Resolução de Problemas e Números Inteiros: possibilidades a partir do livro didático.	XII Semana da Matemática – SEMAT e II Semana da Estatística - SEMEST	Uberlândia, MG
16 a 18/05/2013	Resolução de Problemas em um jogo de tabuleiro: o Matix e suas contribuições para o educando e a educação matemática.	V Encontro de Educação Matemática de Ouro Preto.	Ouro Preto, MG
18 a 21/07/2013	Resolução de Problemas e valores morais: um olhar sobre a educação matemática escola na perspectiva de uma formação cidadã.	XI ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática – Educação Matemática: Retrospectivas e Perspectivas	Curitiba, PR

Quadro 12 - Trabalhos produzidos, apresentados e publicados em anais de eventos, periódicos, jornal e livros, após o ingresso no CAP/UFU, antes e depois da tese de doutorado (Continuação).

Período	Título	Fonte de publicação	Local
16 a 18/10/2013	Possibilidades e Limitações dos livros didáticos no trabalho com os números positivos e negativos	VI Congresso Internacional de Ensino de Matemática	Canoas, RS
Jul./Dez. 2014	O uso de recursos técnicos e tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem dos decimais: contribuições para o desenvolvimento da individualidade do aluno	Revista: Olhares & Trilhas	
04 a 06/09/2014	Mediação Psicoeducacional na produção de sentidos discentes frente ao conhecimento e à escola	IX Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas A Escola e seus Sentidos	Rio de Janeiro, RJ
04/10/2014	As eleições estão chegando! E o que a Matemática tem a ver com isso?	Jornal: Diário de Araguari	
13 a 16/07/2016	Contribuições para a formação do professor de matemática no ensino fundamental: (Re)significando o conteúdo da divisão no estágio supervisionado.	XII ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática – Educação Matemática na contemporaneidade: desafios e possibilidades	São Paulo, SP
12 a 14/09/2016	Uma atividade investigativa no estágio supervisionado: a produção de conhecimento matemático no processo de divisão em formas circulares.	XIII Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar e XVI Semana da Pedagogia	Uberlândia, MG
14 a 17/07/2019	O jogo Torre de Hanói no ensino de funções: investigando suas potencialidades a partir de uma atividade de estágio.	XIII ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática	Cuiabá-MT
20 a 22/08/2019	Cidade educadora enquanto política-pedagógica libertadora: confrontando a PHC.	XI Seminário Nacional do HISTEDBR, IV Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI; I Seminário Internacional do HISTEDBR	Uberlândia, MG
2023	Um jogo para além da assimilação do conhecimento matemático.	XIII Encontro Mineiro sobre Investigação na Escola, 2023. Desafios e Perspectivas para a Educação Básica na Contemporaneidade,	Uberlândia, MG
2023	Situações Sociais Contraditórias: Uma proposta metodológica para a formação da classe trabalhadora.	VII Colóquio GEPAPe EM REDE.	Vitória, ES
2024	A BNCC pelo prisma da práxis e a necessidade de uma proposta metodológica para o ensino de Matemática em favor da classe trabalhadora.	IX Seminário Internacional De Pesquisa Em Educação Matemática.	Natal, RN
2024	Oficinas preparatórias para a OBMEP: trajetória de um projeto da área de Matemática da ESEBA/UFU	1ª Mostra de Iniciação Científica e Extensão da Educação Básica – I MICEEB	Uberlândia, MG

Quadro 12 - Trabalhos produzidos, apresentados e publicados em anais de eventos, periódicos, jornal e livros, após o ingresso no CAP/UFU, antes e depois da tese de doutorado (Conclusão).

Período	Título	Fonte de publicação	Local
2024	CINEMAT ESEBA/UFU: o uso de filmes para discussões sobre aplicações Matemáticas	1ª Mostra de Iniciação Científica e Extensão da Educação Básica – I MICEEB	Uberlândia, MG
2026	BNCC: em meio a crítica, a possibilidade	Capítulo de livro: “Pesquisa e Formação: Trajetórias no Ensino e na Aprendizagem de Matemática”. Pedro & João Editores.	

Fonte: Elaboração própria.

Em cada artigo, participação em eventos, relato de experiência e capítulo de livro apresentados no quadro 12, assim como em cada mesa redonda, palestra, minicurso e curso ministrado, quantificados no quadro 13, houve contribuições importantes para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Quadro 13 - Palestras, mesa-redonda, minicursos ou cursos ministrados

Participação em palestras, conferências, minicursos, seminários, oficinas, mesas redondas ou em painéis de debate em eventos da área, com apresentação de trabalho.
Palestras: 01 (2018); 02(2020); 01 (2024)
Mesas Redondas: 02 (2024)
Minicursos: 02 (2025)
Oficina: 01 (2023)
Curso de extensão registrado na PROEX: 2023 e 2024 (01); 2025 (1) e 2026 (1)
Curso de formação continuada: 01 (2018)

Fonte: Elaboração própria.

Pelo conjunto das produções, outro destaque importante é que, mais uma vez, e como sempre, fui acompanhado por pessoas especiais, que fazem parte de um coletivo ao qual tenho o privilégio e a satisfação de pertencer.

A título de registrar a força de um professor e de um ensino coerente, na formação de um licenciando, destaco o trabalho apresentado no XII ENEM, no período de 13 a 16/07/2016 (Quadro 12). Nesse trabalho publicado, em que relatamos a contribuição na formação de um estagiário, tive a oportunidade de registrar a valiosa contribuição do professor Fabio de Oliveira, quando ainda estava no curso de licenciatura, na FAFI. Em um momento de aula de Biologia – em uma daquelas situações formativas marcantes –, o professor compartilhou parte da sua experiência com o ensino de Matemática na educação básica e apresentou o processo lógico da divisão por meio do exemplo 147 : 14. Trata-se de uma riqueza e coerência que só voltaria a encontrar, em maior escala, ao trabalhar no CAP/UFU.

Mais do que não esquecer esse momento, passei a utilizar esse exemplo nas turmas em que atuei, com o objetivo de despertar a atenção e o interesse dos alunos pela Matemática.

Assim, aproveito esse relato de experiência, como forma de homenagear e agradecer a esse professor, cuja influência permaneceu ao longo do tempo.

Nesse ponto, aproveito este memorial para citar e agradecer a outros dois professores que exerceram influência significativa na minha constituição como docente: Luiz Antônio (Titio) e Luciano, ambos professores de Matemática e de Física. Para além do compromisso com o ensino – comum a ambos, destaco, no primeiro, a didática e o modo descontraído de explicar e envolver os alunos; e, no segundo, a didática, a clareza na exposição e o capricho na letra e na organização da lousa. Essas são características das quais procurei me apropriar e que muito contribuíram para a minha constituição como professor.

### **3.2.3 Ser professor no CAp/UFU, após o doutorado**

Após o doutorado, encontro-me novamente diante de desafios e possibilidades. Esses consistem no processo de divulgação da tese, na aplicação e no desenvolvimento da metodologia SSC e na socialização dos trabalhos práticos desenvolvidos nesse processo.

O interessante é que os desafios atuais, fazem-me retomar desafios com os quais me deparei no início da carreira no CAp/UFU: o de promover a iniciação científica de alunos da educação básica, no ensino fundamental. Em 2010, ano em que iniciei minhas atividades no CAp/UFU, havia um programa de Iniciação Científica Discente (PICD), no qual todos os professores do 4º ao 9º ano orientavam grupos de alunos em pesquisas sobre objetos de seu interesse. Orientei e supervisionei dois grupos de 11 alunos, em 2010 e 2011, durante as etapas de pesquisa, escrita e apresentação de trabalhos no Congresso de Iniciação Científica Discente da Eseba/UFU, ocorridos nesses mesmos anos.

Diante da exigência, lembro-me da dificuldade que tive em compreender a proposta e de como poderia contribuir, de forma adequada, para introduzir alunos de pouca idade no campo da pesquisa. Agora, com a aplicação da tese, encontro-me novamente nesse movimento de, junto aos alunos da educação básica, desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

Para esse ano de 2026 foi proposto um projeto de extensão, denominado “Educar pela Matemática a partir de situações sociais que são contraditórias ao processo de vida das famílias de baixa ou modesta renda”. Esse projeto, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura, tem como objetivo geral aplicar a proposta metodológica denominada Situação Social Contraditória (SSC), que integra a apropriação do conhecimento matemático e de outros conhecimentos teóricos aos processos de compreensão, denúncia e transformação da realidade social que se

apresenta como contraditória ao processo de desenvolvimento das famílias da classe trabalhadora.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- promover uma educação matemática que considere estudantes da UFU – da educação básica e do ensino superior –, familiares, professores e outros profissionais, no processo de superação das contradições vivenciadas pela classe trabalhadora;

- articular o conhecimento matemático e outros conhecimentos científicos à realidade social contraditória, possibilitando aos grupos mistos a busca pela superação dos problemas tomados como objeto da pesquisa, em articulação com a ação extensionista;

- produzir e apresentar à comunidade alternativas concretas às realidades problemáticas investigadas;

- avaliar a viabilidade da proposta metodológica na educação básica, refletindo sobre suas contribuições para a sociedade e para a formação dos sujeitos envolvidos;

- Analisar a continuidade da proposta no ano de 2027.

Esse projeto constitui continuidade de outro, desenvolvido em 2025, também cadastrado no SIEX, intitulado “O jogo como recurso didático para a educação matemática e a formação humana: vivenciando situações sociais contraditórias em ambientes de supermercados”. Esse projeto teve como objetivo geral aplicar um jogo desenvolvido na perspectiva de uma proposta metodológica para o ensino de Matemática – sintetizada na tese defendida em 2024 –, avaliando sua potencialidade no processo de formação de alunos e familiares da classe trabalhadora.

Na ocasião, nossos objetivos específicos foram:

- inserir alunos e familiares da classe trabalhadora no ambiente de um supermercado, com respaldo teórico e prático que possibilitasse uma relação de consumo crítica, fundamentada em conceitos científicos;

- instrumentalizar os alunos com os conceitos científicos, em especial os matemáticos;

- Apresentar a proposta para alunos e familiares;

- Aplicar o jogo nas dependências da escola com turmas de 6º ano, com a finalidade de avaliar conhecimentos prévios e hábitos de consumo;

- Realizar atividades práticas com alunos e familiares em ambientes comerciais, com coleta, tratamento e análise de dados;

- Promover várias rodadas do jogo, favorecendo a apropriação e aplicação do conhecimento científico;

- Avaliar o jogo, considerando a participação e avaliação dos diferentes sujeitos envolvidos no projeto: professores, alunos e familiares;

- Promover a elaboração e divulgação de relatos de experiência, artigos e oficinas.

No projeto de 2025, é preciso ressaltar a parceria dos professores Diogo Gomes Novaes, da área de Língua Portuguesa e Muriell Francisco da Costa, de Matemática. Apesar de nem todos os objetivos específicos terem sido cumpridos, neste início do ano letivo de 2026, esse projeto serviu de ponte para a realização do que foi proposto para 2026.

O jogo foi desenvolvido a partir de outro projeto de extensão, também cadastrado no SIEEX, nos anos de 2023 e 2024. Na ocasião, participaram do projeto, intitulado “O jogo na interrelação entre a Atividade Orientadora de Ensino e as Situações Sociais Contraditórias”, professores da Eseba (Éderson de Oliveira Passos e Mariana Martins Pereira), da rede municipal (Lóren Grace Kellen Maia Amorim – atualmente professora da Eseba – e Márcia Augusto de Lima Ramos) e da estadual (Angela Cristina dos Santos – Aposentada da Eseba) de ensino, além da orientadora e professora do curso de graduação e da pós-graduação, Fabiana Fiorezi de Marco. Todos se empenharam para que o jogo, na perspectiva empreendida, fosse objetivado.

Neste ano de 2026, assim como nos demais anos da carreira, temos muito trabalho pela frente. Conforme apresentado, de forma concomitante às atividades de ensino, acontecem as atividades de gestão, pesquisa e extensão, além de haver possibilidades de representação. O que trouxe para este memorial é boa parte do que tenho feito na Eseba e sinaliza, entre outras oportunidades e demandas que surgem, o que ainda tenho a fazer e a contribuir.

Para fins de exemplificação, apresento uma demanda que emergiu e que também evidencia meu compromisso com a própria formação e com a formação de outros professores. Por convite da professora Fabiana, minha orientadora de doutorado, aceitei contribuir com o curso de Especialização em Formação de Professores que Ensinam Matemática nos Anos Iniciais (EFPEMAI), assumindo a função de tutor. Iniciado em 07/02/2025, com término previsto para 26/06/2026, o curso tem como coordenadora adjunta a professora Dra. Fabiana Fiorezi de Marco, da UFU, sendo ofertado pela Secretaria de Educação Básica/MEC, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), e atende profissionais de todas as unidades federativas do Brasil. O EFPEMAI tem por objetivo geral “formar profissionais para atuação em ações de formação de professores para os anos iniciais com foco no desenvolvimento de especificidades do conhecimento matemático e que impactem na melhoria da qualidade a aprendizagem dos estudantes” (Universidade Federal do Piauí, 2024).

Antes de tecer minhas considerações finais, sinto-me impelido a retomar o subtítulo deste memorial: “superando contradições”, para expor mais uma contradição, a qual espero que não se configure como mais um ato de violência contra mim enquanto ser humano e contra minha carreira docente.

Em todas as redes de ensino pelas quais passei – municipal, estadual e privada –, vivenciei situações que me colocaram em dificuldades tanto na esfera profissional quanto na pessoal. É importante dizer que a violência contra o professor no/do Brasil não se trata de uma questão pessoal ou subjetiva, mas de uma prática comum. Sendo assim, a esfera federal também não está isenta de erros que podem prejudicar o profissional e a pessoa humana.

Antes de tomar posse, o que ocorreu no dia 28 de julho de 2010, recebi um e-mail da Divisão de Provisão e Acompanhamento da Carreira Docente (DIADO), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com a informação de que não poderia tomar posse tendo vínculo empregatício. No item 4 da mensagem, “Acumulação de Cargos”, o texto é claro: “O professor vai declarar se tem ou não outro emprego. Lembramos que para os admitidos em Regime de Dedicção Exclusiva a condição é que não tenha outro emprego. Na data da posse o mesmo já tem que estar desvinculado”. Em continuidade, a mensagem seguiu da seguinte forma: “Lembrete: Para os professores que estão saindo de uma Universidade Federal, e vindo para a UFU, estes deverão pedir Vacância de Cargo, pois desta forma não perdem suas vantagens e direitos” (E-mail da DIADO).

Diante do teor da mensagem e a fim de não ocorrer em descumprimento da proibição de acumulação de cargos no serviço público nem cometer uma infração grave, sujeita a penalidades administrativas, pedi exoneração da Prefeitura de Araguari no dia 26/07/2010 e fui tomar posse no dia 27/07/2010. Observo que não houve agendamento de horário para a posse. Nos dois primeiros parágrafos do e-mail, em negrito, encontra-se a seguinte mensagem:

As portarias de nomeações foram publicadas no D.O.U do dia 20 de julho de 2010. A partir da data da publicação no DOU, o professor tem, por lei, 30 dias corridos para tomar posse.

Lembramos também, que completados os 30 dias, aqueles que não tomaram posse, perderão a vaga.

A data da posse será marcada assim que o candidato trouxer a documentação na Divisão de Apoio ao Docente, no seguinte endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121-Bairro Santa Mônica, 1º andar, Bloco 3P, Reitoria do Campus Santa Mônica. (E-mail da DIADO)

Cheguei à DIADO às 16h. Fui recebido e informado de que, naquele dia já haviam sido dadas posses para várias pessoas<sup>23</sup> de manhã e à tarde. Após uma breve conversa, fui solicitado a voltar no dia seguinte. Lembro-me de que, mesmo sendo de Araguari-MG, cidade situada a 30 km de Uberlândia-MG, não questionei nem me incomodei com a situação. Afinal, a alegria e a realização de ser professor na esfera federal poderiam esperar mais um dia. Além disso, eu não tinha conhecimento sobre as leis de aposentadoria e sobre o que implicaria a quebra de vínculo empregatício no serviço público ao mudar da esfera municipal para a federal. Dessa forma, tomei posse no dia 28/07/2010, mesmo dia em que me apresentei na unidade onde trabalho.

Poucos anos depois, uma informação interna sobre a mudança de entendimento<sup>24</sup> da universidade acerca da vacância no serviço público despertou-me a dúvida sobre a minha situação em relação à aposentadoria. Desde a identificação do problema de uma possível quebra de vínculo e a consequente mudança no regime de aposentadoria<sup>25</sup>, e certo de que apenas cumpro o que me foi determinando (não ter vínculo empregatício no ato da posse), busquei, junto à UFU, alterar a data de minha posse<sup>26</sup>. Mais especificamente, no dia 10/12/2014, dei entrada em requerimento para “Alteração da Data de Posse”, na Pró-Reitoria de Recursos Humanos.

Diante do reconhecimento da DIRPA sobre o erro da instituição e do impacto que isso teria no meu regime de aposentadoria, o setor avaliou como procedente o pedido e solicitou “alterar a data da admissão do Professor, de 28/07/2010 para 27/07/2010, e, conseqüentemente, a mesma alteração na data de posse, para garantir a continuidade na contagem de seu tempo de serviço público” (Memorando Inter/DIRPA/DIADO/Divisão de Apoio ao Docente/034/2015, de 26 de janeiro de 2015). No entanto, no dia 02/02/2015, a DIRAP encaminhou o processo à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/COLEP/Ministério da Educação para consulta

---

<sup>23</sup> Somente na Eseba (CAp/UFU), de acordo com o Edital nº 029/2010, foram 36 vagas para 12 áreas diferentes.

<sup>24</sup> Esse fato pode ser observado no Memorando interno/DIRPA/DIADO/Divisão de Apoio ao Docente/034/2015, o qual reconhece que: “No momento da posse do professor LEONARDO DONIZETTE DE DEUS MENEZES, da Escola de Educação Básica, tinha-se o entendimento que a vacância por posse em cargo inacumulável se aplicava unicamente, no caso de serviço público federal, à esfera federal, não atingindo, portanto, o referido professor, que provinha da Prefeitura Municipal de Araguari. Então processou-se a posse do docente na data mais adequada, que, em função da quantidade de posses no período, foi no dia 28/07/2010.

<sup>25</sup> “Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei,[...]” (EC nº 41/2003).

<sup>26</sup> A quebra de vínculo somente aconteceu em razão da falta de conhecimento e de orientação sobre a possibilidade de vacância entre as diferentes redes de ensino.

relacionada ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos ao meu caso.

No dia 02/03/2017 recebo da DIRAP/PROGEP a seguinte resposta à consulta ao MEC:

1. Considerando o requerimento de V. Sa. de dezembro de 2014, com consulta a respeito dos vínculos considerados para aposentadoria, analisamos o caso em questão e encaminhamos o processo com consulta ao Ministério da Educação (MEC) em fevereiro de 2015. Somente agora obtivemos retorno do referido Ministério.
2. A conclusão presente na Nota Técnica nº 15/2016 DAJ/COLEP/CGGP/SAA foi de que “[...] a aposentadoria nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Poderá ser concedida aos servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, que cumpriram os requisitos estabelecidos na legislação, considerando o tempo efetivo exercício, ainda que descontínuo, quando não ocorrer a quebra de vínculo com a Administração”
3. Assim, encaminhamos à V. Sa. o referido documento para conhecimento. (Ofício nº 20/2017/DIRAP/PROGEP/UFU).

Pelo teor da resposta, constata-se que meu requerimento de alteração de data de posse foi negado. Contudo, observa-se que a resposta, ao trazer unicamente o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, não considerou nem sequer mencionou a falha da Universidade em apoiar o servidor público para que pudesse solicitar a vacância no cargo e não viesse a ser prejudicado com a quebra de vínculo no serviço público.

Antes de interromper a escrita de mais esse caso de possível violência contra o professor, registro que, de posse do Ofício nº 07/2015/DIRAP/UFU, identifica-se uma contradição: mesmo a UFU reconhecendo e assumindo o erro, estando pronta para fazer a alteração para a data sugerida, apresenta como dispositivos legais aplicáveis ao caso, citando o Parecer N. AGU/WM-1/2000 (Anexo ao Parecer nº GM -13), o seguinte:

“Nos casos de provimento e vacância envolvendo de pessoas político-federativas distintas, aproveita-se o tempo de serviço ou de contribuição, conforme o caso, para efeito de aposentadoria. Não resulta na interrupção da condição de servidor público e, em decorrência, na elisão dos direitos garantidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional n. 20, de 1998, a mudança de cargos oriunda de posse e de conseqüente exoneração, desde que os efeitos destas vigorem **a partir de uma mesma data**. Os cargos podem pertencer a uma mesma ou a diferentes pessoas jurídicas, inclusive de unidades da Federação diversas.” (Ofício nº 07/2015/DIRAP/UFU – grifo meu).

Desta forma, a data a ser considerada para alteração deve ser 26/07/2010, e não 27/10/2010, como inicialmente interpretei. O fato é que não recebemos essa orientação no

momento da posse. Fui orientado pela UFU a pedir demissão do meu cargo na Prefeitura e me apresentar sem vínculo empregatício.

Diante do exposto, assim como vem acontecendo ao longo da minha carreira, as minhas atividades de professor permanecerão permeadas por esforços extras motivados pela existência de práticas que transcendem a essência da docência em seu ato de educar<sup>27</sup> por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. A pergunta que fica é: serei eu mais uma vez prejudicado pela educação?

---

<sup>27</sup> Entendida, por mim, como a atividade que leva à aproximação de cada indivíduo àquilo que de melhor a humanidade tem desenvolvido ao longo de sua história.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com 51 anos de idade, mas ainda longe de me aposentar, observo que a minha história como docente coincide com metade do meu tempo de vida. Escrever esse memorial não foi uma atividade simples. Marcado pela intensidade e pelas dificuldades, o processo de escrita envolveu sentimentos de resistência, mas também de gratidão e de realização. Nessas poucas páginas, encontra-se o resumo, o recorte da história de luta de uma pessoa que, diante das dificuldades estruturais (da família e do Estado), encontrou nas pessoas e na docência a força e a direção para romper com as contradições que a vida, na sociedade do capital, nos coloca.

Como pessoa realizada e agradecida pelo presente, o exercício contínuo de reviver o passado, para encontrar a síntese que expressa 25 anos de carreira, em muitos momentos não foi agradável. Por outro lado, a minha experiência profissional e de vida, que não é exclusiva à minha realidade, possibilitou-me expressar minha gratidão às pessoas que fizeram a diferença em minha vida e chamar a atenção da comunidade científica para um objeto de investigação que necessita ser tratado: a violência sofrida pelos professores, em especial por aqueles que se colocam no processo de desenvolver sua intelectualidade e, de modo particular, os que procuram os cursos de mestrado e doutorado.

Entendo que a escrita deste memorial, além de ser uma prestação de contas à sociedade, também é uma forma de denúncia da desvalorização dos professores e das pessoas que se colocam em atividade para contribuir com a sociedade, no processo de desenvolvimento humano, cuja finalidade não é a obtenção do lucro.

Em meio às experiências adquiridas como professor nas redes estadual (Ciências e Matemática), municipal (Ciências), privada (Ciências) e federal (Matemática), atuando como professor em escolas do meio urbano e do meio rural, conhecendo as realidades de quem estuda no ensino regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apesar de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para a violência sofrida pelos profissionais da educação, em especial quando se propõem a se qualificar para melhor compreender e atuar na realidade educacional, este memorial é a síntese de uma trajetória marcada pela luta e da esperança.

Coaduno com Paulo Freire e reafirmo que estar em uma condição de precarização não significa estar determinado a permanecer nela. Em Karl Marx, compreendemos que os seres humanos são históricos. O educador e as pessoas em processo de educação podem, no interior das próprias contradições, buscar sua superação.

Nessas poucas páginas, espero que apesar das limitações deste objeto e deste autor, o conteúdo tenha revelado a mensagem de que é possível romper com as contradições e contribuir, de forma mais efetiva, para a transformação da realidade que dificulta e tenta impedir as pessoas de se enriquecerem em humanidade, ou seja, do melhor que o conjunto do trabalho humano tem produzido no campo material e imaterial.

Vamos em frente!

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 26/2002**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB026\\_2002.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB026_2002.pdf)>. Acesso em: 31/01/2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2019. <https://doi.org/10.26512/lc.v24i0.19817>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 325, de 19 de março de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 399, de 28 de junho de 1989**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 773, de 29 de junho de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 773, de 29 de junho de 1995. Reconhece o curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI). **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 1995.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Adendo regimental**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 55).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEZES, L. D. D. **Tecnologia no ensino de astronomia na educação básica: análise de recursos computacionais na ação docente**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MENEZES, L. D. D. **Situação social contraditória como práxis educativa no processo de humanização: uma proposta metodológica para o ensino de Matemática e a educação escolar [recurso eletrônico]**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.403>.

MOURA, M. O. de; ARAÚJO, E. S.; MORETTI, V. D.; PANOSSIAN, M. L.; RIBEIRO, F. D. Atividade Orientadora de Ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 205-229, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3094/3022>.

MOURA, M. O. de; ARAÚJO, E. S.; SERRÃO, M. I. B. Atividade Orientadora de Ensino: fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 24, p. 411-430, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v24i0.19817>

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Tradução de María Encarnación Moya. 2. ed. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011. (Coleção Pensamento Social Latino-Americano).

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA JÚNIOR, A. F. Saberes e práticas de ensino em escolas rurais (um estudo no município de Araguari MG, Brasil). 2007. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. 173 f.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Colégio de Aplicação. **Projeto político-pedagógico – PPP (2018 – 2019)**. Uberlândia, MG, ano. Disponível em: <[https://www.eseba.ufu.br/system/files/conteudo/eseba\\_projeto\\_politico\\_pedagogico\\_2019-12-12\\_0.pdf](https://www.eseba.ufu.br/system/files/conteudo/eseba_projeto_politico_pedagogico_2019-12-12_0.pdf)>. Acesso em: 31/01/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Diretor. **Resolução SEI nº 02, de 2018. Normatiza os regimes de trabalho e o Plano de Trabalho Docente da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONDIR-2018-2.pdf>>. Acesso em: 31/01/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Escola de Educação Básica. **Adendo ao Regimento Interno da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia**, aprovado no Conselho da ESEBA em 31 de outubro de 2019. Uberlândia, 2019. Disponível em: <[https://www.eseba.ufu.br/system/files/conteudo/2019\\_11\\_09\\_adendo\\_regimento\\_interno\\_eseba\\_aprovado\\_cpa\\_31\\_10\\_2019\\_-\\_final\\_0.pdf](https://www.eseba.ufu.br/system/files/conteudo/2019_11_09_adendo_regimento_interno_eseba_aprovado_cpa_31_10_2019_-_final_0.pdf)>. Acesso em: 31/01/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Escola de Educação Básica (ESEBA). **V CineMat – Cinema com Matemática**. Uberlândia, 14 maio 2025. Disponível em: <https://eseba.ufu.br/acontece/2025-05-v-cinemat-cinema-com-matematica>. Acesso em: 11 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Centro de Educação Aberta e a Distância. **Projeto pedagógico do curso de especialização em formação de professores que ensinam matemática nos anos iniciais**. Teresina: UFPI, 2024.